



ANEXO III DA RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSEPE/UNILAB Nº 2, DE 16 DE JULHO DE 2021.

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRABALHO PARA O PERÍODO 2021.2.
(Preencher conforme a norma prevista na Resolução Complementar Consepe/Unilab Nº 2, de 16 de julho de 2021)

Docente: Eduardo Gomes Machado	Nº SIAPE 1325939
---------------------------------------	--------------------------------

GRUPO I: ATIVIDADES DE ENSINO

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina (não incluir as disciplinas de orientação de monografia)	Horas semanais	Subtotal (x2)
CCLS0021	Movimentos sociais e educação	6	20
BHU1011	Experiência, prática e significado	4	
	Subtotal	10	

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E LATO SENSU

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO (PIBID, PET, Monitoria e Pulsar)

Tipo *	Programa	Nome do orientando (caso se aplique)	Horas semanais	Subtotal
R	Reuniões de Colegiado	-	6	6

*T - tutoria; C - coordenação; O - orientação

GRUPO II: ATIVIDADES DE PESQUISA

4. ORIENTAÇÃO (Monografias)

Situação *	Nome do Orientando	Horas semanais	Subtotal

*A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

5. ORIENTAÇÃO (Dissertações e Teses)

Nível *	Tipo **	Situação ***	Nome do orientando e do programa	Horas semanais	Subtotal

*O - orientador; C - coorientador

**S - stricto sensu; L - lato sensu

***A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

6. ORIENTAÇÃO (Iniciação científica ou tecnológica)

Tipo *	Situação **	Nome do orientando	Horas semanais	Subtotal

*IC - iniciação científica; IT - iniciação tecnológica;

**A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E – cancelado

7. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	10/10/2021	A roda de memória como uma tecnologia social inovadora: uma experiência participativa no Grande Bom Jardim	5	5

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

8. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	03/01/2022	Diálogos Urbanos, juventudes e educação	5	
CD	03/01/2022	Diálogos Urbanos, juventudes e educação. Conforme item 3.3., orientação em projetos de iniciação científica, Anexo I da Resolução.	2	7

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO IV: FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, ASSESSORIA E COMISSÕES

9. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA SUPERIOR

Nº da Portaria	Data	Cargo ou função	Horas semanais	Subtotal
		Representação institucional em conselhos e órgãos estatais e da sociedade civil, conforme item 51. Do anexo 1 da resolução. CÂMARAS DE ASSESSORAMENTO E AVALIAÇÃO DA FUNCAP – DIVISÃO CIENTÍFICA - Ciências Humanas, Linguagem e Artes – CHLA.	1	1

GRUPO V: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E INOVAÇÃO

10. LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS

Tipo*	Título	Pontuação
A1	MACHADO, Eduardo Gomes; SILVA, N. J. P. ; NOGUEIRA, J. S. ; FAUSTINO, A. E. R. . ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SITUAÇÕES URBANAS COTIDIANAS EM PEQUENAS CIDADES INTERIORANAS: O CASO DE REDENÇÃO E ACARAPE. TESSITURAS: REVISTA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, v. 10, p. 429-454, 2022.	
A2	MACHADO, Eduardo Gomes; ARAUJO, A. D. ; SILVA, S. M. F. ; FREITAS, M. V.C. C. ; SILVA, G. A. S. . SKETCHES URBANOS EM PEQUENAS CIDADES NO NORDESTE BRASILEIRO. EXPRESSA EXTENSÃO, v. 27, p. 122-130, 2022.	
A1	BUCAL, V. ; MACHADO, Eduardo Gomes . OS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU: questões preliminares. Revista de Política Públicas da UFMA, v. 26, p. 360-374, 2022.	

* Li - Livro; A1 - Artigo A1-B1; A2 - Artigo B2-B5

11. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Tipo*	Título	Pontuação
EI	Participação em eventos. V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas – 26 a 29 de abril de 2022	1

* EL – Apresentação em Evento local; ER - Apresentação em Evento Regional; EN – Apresentação em Evento Nacional; EI – Apresentação em Evento Internacional; PA – Palestra;

12. PRODUÇÃO CULTURAL

Descrição	Título	Pontuação

13. INOVAÇÃO

Descrição	Título	Pontuação

CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL:	40	horas
-------------------------------------	----	-------

Data: 18/08/2022

Eduardo Gomes Mendes

Assinatura do Docente

DECLARAÇÃO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente EDUARDO GOMES MACHADO, Matrícula SIAPE de número 1325939, ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2015.1	Nível
TEORIA SOCIOLOGICA II - 40 h	GRADUAÇÃO
2015.3	Nível
SOCIOLOGIA I - 40 h	GRADUAÇÃO
2016.1	Nível
TEORIA SOCIOLOGICA II - 60 h	GRADUAÇÃO
2016.2	Nível
TEORIA SOCIOLOGICA II - 60 h	GRADUAÇÃO
2017.2	Nível
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS EM SOCIOLOGIA URBANA - 60 h	GRADUAÇÃO
2018.1	Nível
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO - 60 h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS EM SOCIOLOGIA URBANA - 60 h	GRADUAÇÃO
2018.2	Nível
TÓPICOS EM SOCIOLOGIA URBANA - 60 h	GRADUAÇÃO
2019.2	Nível
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO - 60 h	GRADUAÇÃO
2020.1	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA EM SOCIOLOGIA I - 90 h	GRADUAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
2020.2	Nível
EXPERIÊNCIA, PRÁTICA E SIGNIFICADO - 60 h	GRADUAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
2020.3	Nível
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
2021.1	Nível
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO
2021.2	Nível
EXPERIÊNCIA, PRÁTICA E SIGNIFICADO - 60 h	GRADUAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO - 90 h	GRADUAÇÃO

15 de Agosto de 2022

Código de Verificação: c283c2624a

Para verificar a autenticidade deste documento acesse http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a Matrícula do SIAPE, data de emissão do documento e o código de verificação.



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022 DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Às quatorze horas do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, teve início a quarta reunião ordinária do ano de dois mil e vinte e dois do Colegiado do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB – Ceará, por convocação do coordenador, professor Mário Henrique Castro Benevides. Estavam presentes as/os professoras/es: Anne Sophie, Mario Henrique, Eduardo Machado, Gledson Ribeiro, Janaina Campos, Joana Elisa, Joceny de Deus, Lucas Marcelo, Marcos Silva, Maria Alda, Ricardo Nascimento e o professor Sebastião André. O professor Ricardino Teixeira justificou ausência por questões de saúde familiar. A reunião foi presidida pelo coordenador do curso, professor Mário Henrique Castro, o qual efetuou a apresentação e leitura da pauta, composta pelos seguintes pontos: 1. Procedimento de avaliação dos RITs refeitos e decisão do Conselho de Unidade sobre o tema; 2. Análise e apreciação dos RITs refeitos de docentes do Colegiado e RITs encaminhados pela CART após o prazo regular; 3. Turnos de oferta das disciplinas do curso; 4. Atualização do PPC de Sociologia: debate sobre conceito do curso, estruturas de entrada; 5. Pedidos de aproveitamento de concurso recebidos pela coordenação; 6. Oferta do Curso para 2022.1 - primeiros desenhos; 7. Pedido de licença capacitação da professora Maria Alda de Sousa Alves no período de 2022.1 e 8. Informes. No primeiro ponto, o Professor Mário Henrique inicia explicando sobre o destino dos RITs após serem refeitos. Ele expõe que sua opinião é que a CART seja a instância técnica competente da análise e que, após correção, envie os documentos diretamente para a direção do instituto para que o colegiado do curso não tenha mais esta tarefa de análise documental. O professor Lucas Marcelo expressa sua preocupação de que a CART se torne uma secretaria com alta demanda de retrabalhos. Indicou também a criação de uma comissão interna para essa atividade. Professor Mário relata que também se preocupa com o possível retrabalho para a coordenação do curso. Ele também concordou com a possibilidade de criação de uma comissão interna para receber as demandas oriundas de correções. A professora Joana Elisa reforça a necessidade da criação de uma comissão e indica que sejam voluntários rotativos para que não sejam sempre as mesmas pessoas. O professor Lucas propôs que, para agilizar a decisão, ele poderia avaliar pessoalmente junto ao coordenador Mário Henrique. Mário, mesmo assim, decide manter sua proposta de encaminhamento de recorrer da decisão do Conselho de Unidade e que não deveria ser obrigação dos membros do colegiado receberem as avaliações refeitas e abriu para votação. Após a votação iniciada, dos 12 participantes, 3 se abstiveram e 9 aprovaram o encaminhamento. Para dar início ao segundo ponto de pauta, o Professor Mário Henrique inicia apresentando os RITs dos professores Antônio Marcos, Gledson Ribeiro, Lucas Souza, Igor Monteiro, Ricardino Teixeira, Joceny de Deus e do professor Sebastião Alves, que tiveram seus RITs refeitos. As apreciações iniciam pelo RIT do professor Antônio Marcos que é aberto para votação e todos os 12 membros aprovam as alterações. O RIT do professor Gledson Ribeiro também foi aprovado por unanimidade. A votação do RIT do professor Lucas foi aprovada por unanimidade. A votação do RIT do professor Igor iniciou e também, por unanimidade, foi aprovada. O RIT do professor Ricardino Teixeira foi aprovado por unanimidade. A professora Joceny de Deus teve seu RIT aprovado por 11 membros e 1 abstenção. Do professor Sebastião Alves, houve 11 aceites e 1 abstenção. As abstenções foram relatadas pelo coordenador Mário que registra apenas que não é orientação da coordenação que professores ultrapassem a carga horária máxima de 40h. Expõe respeito aos professores e sua decisão, mas, por esse motivo, colocou suas abstenções. A respeito dos RITs entregues fora do prazo regular, iniciou-se a apreciação e votação do parecer da CART, com a apreciação da professora Janaína Lobo. O parecer da CART para a professora Janaína foi aprovado por unanimidade. O parecer do professor Eduardo Machado também foi aprovado pelos 12 membros participantes. O parecer sobre o RIT da professora Joana Elisa foi aprovado por 11 membros e o

professor Mário que representa a coordenação se absteve da votação, registrando a mesma questão da votação anterior. O parecer sobre o RIT da professora Maria Alda foi aprovado por unanimidade. Após isso, o coordenador Mário dá início ao terceiro ponto de pauta e começa explicando sobre o número de estudantes com a expectativa de que uma parte maior das aulas pudessem ser vespertinas e abre debate sobre o tema, mas indica que o professor Ricardo Ossagô, proponente do ponto, poderia explicar melhor, mas não pôde estar presente. Houve ampla discussão sobre o tema. Após os debates, foi decidido avançar para o quarto ponto de pauta, uma vez que os temas mesclavam-se. Deu-se início ao quarto ponto de pauta. Mário Henrique reforçou os pontos que demonstram a necessidade da discussão da atualização do PPC do curso e abriu para discussão, destacando a urgência da temática e as reiteradas vezes em que a coordenação tem trazido o assunto, sendo necessária decisões do Colegiado. O professor Sebastião recordou para os colegas o início do planejamento do curso e falou sobre a mudança do mundo, das pessoas e do mercado de trabalho em comparação ao período em que a ideia do curso foi planejada. Ele acredita que o curso de Sociologia é muito limitador e propõe a criação de um curso de Ciências Sociais em que envolva ciências políticas, sociologia, políticas públicas e que seja voltada para o mercado de trabalho, com uma grade curricular que seduza os estudantes pela ampla possibilidade de inserção no mercado. Completou que pudesse ser um curso que houvesse mais oportunidades de entradas além do BHU e que fosse diurno, vespertino e noturno. O professor Eduardo Machado questiona a proposta e recorda os parâmetros que levaram à definição do curso de Sociologia como é atualmente e, apesar disso, se mostra aberto a ser convencido de que é necessário e importante a criação do novo curso e a mudança de estratégia do curso atual, desde que sejam feitas análises mais cuidadosas do tema. Após amplo debate, foi acordado, a partir de proposta do professor Gledson, adiar a discussão para a próxima reunião. Sobre o Quinto e o Sexto ponto de pauta, propôs-se resolvê-los por e-mail, dadas as urgências técnicas, o que foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o sétimo ponto de pauta, o coordenador passou a palavra para a professora Maria Alda para que falasse um pouco sobre seu pedido de licença capacitação. Após relatar os objetivos da sua atividade, deu-se início a votação e sua solicitação foi aprovada por unanimidade. O oitavo e último ponto, foi sobre os informes, mas nenhum participante apresentou informações. O colegiado encerrou a reunião após os informes às 17:30 min e eu, Adailton Oliveira, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES, COORDENADOR(A)**, em 01/08/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 01/08/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 01/08/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOANA ELISA RÖWER, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 01/08/2022, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CESAR CARVALHO NASCIMENTO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 01/08/2022, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALDA DE SOUSA ALVES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 01/08/2022, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANNE SOPHIE MARIE FREDERIQUE GOSSELIN DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 02/08/2022, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO GOMES MACHADO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 03/08/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARCELO TOMAZ DE SOUZA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 03/08/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIÃO ANDRÉ ALVES DE LIMA FILHO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 03/08/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOCENY DE DEUS PINHEIRO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 03/08/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 03/08/2022, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA CAMPOS LOBO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 04/08/2022, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLEDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 04/08/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0509935** e o código CRC **824857BA**.



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA-2022

Às quatorze horas do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e dois, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, teve início a primeira reunião extraordinária do ano de dois mil e vinte e dois do Colegiado do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB – Ceará, por convocação do coordenador, professor Mário Henrique Castro Benevides. Estavam presentes as/os professoras/es: Anne Sophie, Daniele Ellery, Eduardo Machado, Gledson Ribeiro, Joana Elisa, Joceny de Deus, Lucas Marcelo, Marcos Silva, Maria Alda, Mário Henrique, Ricardo Nascimento, Ricardo Ossagô e Sebastião André. O professor Francisco Thiago Rocha Vasconcelos justificou sua ausência por motivos de saúde. A reunião foi presidida pelo coordenador do curso, professor Mário Henrique Castro, o qual efetuou a apresentação e leitura da pauta, composta pelos seguintes pontos: 1. Análise e apreciação dos Relatórios Individuais de Trabalho dos docentes do colegiado no período 2021.1; 2. Indicação ad referendum da continuidade dos professores Joana Elisa Rower para a Coordenação da Residência Pedagógica e do professor Lucas Souza para coordenação do PIBID Sociologia; 3. Atualização do PPC de Sociologia: debate sobre conceito do curso, estruturas de entrada e formação de novos Grupos de Trabalho/Comissões; 4. Sistemática das reuniões de colegiado - regimes remoto; 5. regime de disciplinas obrigatórias no curso: Turno Tarde e Noite (este último ponto proposto pelo professor Ricardo Ossagô e aprovado por unanimidade); 6. Informes. No primeiro ponto, o professor Mário informou que foi encaminhado o número do processo com os RITs e PITs anexados para que os professores pudessem ter acesso e explicou que a avaliação de cada professor deve ser feita na reunião do colegiado. Houve amplo debate. Após diversas opiniões e dúvidas expressas, a professora Anne Sophie indagou a necessidade de expor a avaliação de cada professor e se não há uma possibilidade de avaliação geral, sem a exposição dos nomes. O professor Mário esclareceu que a resolução indica que, por mais desconfortável que seja, o procedimento precisa acontecer da forma coerente com a CART para que ele prossiga para a direção sem irregularidades. O professor Mário sugeriu fazer uma leitura prévia e pontuada, dando oportunidade aos colegas para discutir e expor se concordam ou discordam com o parecer da CART. O professor Lucas Marcelo enfatizou que a análise e apreciação precisam ser feitas e que, caso algum professor discorde da análise, o docente pode expor e registrar sua posição. Acrescentou ainda que o RIT não pode ser enviado sem ser analisado pelo colegiado e que ele pode, segundo várias interpretações ser diferente do PIT, desde que haja comprovação das 40h semanais de trabalho. Com a palavra, o professor Gledson Ribeiro expôs sua insatisfação com o atual regimento por não ter um método para os professores que voltam de uma licença e propôs uma regra de transição. O professor Eduardo Machado reforçou o apoio à criação de uma regra de transição. O professor Lucas sugeriu que o colegiado formalize a ideia da criação de uma regra de transição para o caso dos professores que estão voltando de licenças e que essa proposta seja enviada à CART. Após o debate, o professor Mário propôs como rito a análise de cada RIT, a partir do parecer enviado pela CART à coordenação. O documento foi projetado e o colegiado poderia lê-lo, ao mesmo tempo em que tem acesso público aos RITs e PITs via processo SEI. Sem outras propostas de rito o encaminhamento foi posto em votação, aprovado por unanimidade. O professor Mário projetou o parecer para leitura e apreciação dos 12 casos de professores que enviaram seus RITs e deram início à apreciação. Sobre a concordância do parecer do professor Antônio Marcos, houve 9 votos favoráveis e quatro abstenções. Sobre o RIT do professor Igor Monteiro Silva, houve sete votos favoráveis e seis abstenções. Sobre o RIT do professor Gledson Ribeiro, houve 3 concordâncias, 6 discordâncias e 4 se absteram. O professor Mário relatou seu voto, afirmando haver erro de contagem no parecer acerca de disciplina ministrada em regime especial e intensivo. No RIT do professor Lucas Marcelo houve oito votos

favoráveis e 5 se abstiveram. O RIT da professora Anne Sophie foi analisado e houve concordância por unanimidade. Na votação pelo RIT do professor Ricardo César, houve onze concordâncias e duas abstenções. A professora Daniele Ellery relatou seu voto: por não concordar com o processo de avaliação (aprovação ou desaprovação) dos PITs e RITs, individualmente, em reunião de colegiado pelos professores, pediu que constasse em ata sua abstenção do processo de votação. Referente ao professor Ricardino, houve sete concordâncias e seis abstenções. No parecer do professor Sebastião André, houve onze concordâncias e duas abstenções. Na ata do professor Ricardo Ossagô, foi registrada concordância por onze votos, uma abstenção e uma discordância. O professor Mário relatou seu voto: indicando que a coordenação não orienta docentes a trabalharem além de seu regime de trabalho. Na votação referente a professora Joceny, foram oito concordâncias e 5 abstenções. Sobre o RIT do professor Mário Castro, doze concordâncias e uma abstenção. Quanto ao RIT da professora Daniele Ellery, nove concordaram e 4 se abstiveram. Após todas as atas de todos os docentes terem sido apreciadas, encerrou-se a votação, tendo 11 concordâncias junto ao Parecer da CART e uma discordância referente ao parecer do RIT do professor Gledson Ribeiro. No segundo ponto de pauta, o professor Mário apresentou a necessidade de indicação urgente de nomes para compor a orientação da Residência Pedagógica na Sociologia e a coordenação do PIBID Sociologia. Foram indicados os seguintes nomes: na orientação da Residência Pedagógica, a professora Joana Elisa Rower será a titular e a professora Maria Alda Alves de Sousa será sua suplente. A votação foi aberta e o colegiado decidiu, por unanimidade, pela aprovação dos nomes; no caso do PIBID, o professor Lucas Marcelo Tomas Sousa será o titular e o professor Gledson Ribeiro será seu suplente. O colegiado votou, por unanimidade, a favor dos nomes. Sobre o terceiro, quarto e quinto ponto de pauta, o professor Mário sugeriu que fossem adiados e que sejam os primeiros pontos de pauta da próxima reunião extraordinária, tendo em vista o horário e a complexidade das questões. Foram dados informes pelos professores Sebastião Alves, Ricardo Nascimento e Eduardo Machado acerca de eventos realizados no atual período. O colegiado acatou a sugestão do professor Mário e encerrou a reunião após os informes às 17:03min e eu, Adailton Oliveira, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES, COORDENADOR(A) DE CURSO**, em 30/05/2022, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARCELO TOMAZ DE SOUZA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANNE SOPHIE MARIE FREDERIQUE GOSSELIN DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALDA DE SOUSA ALVES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 30/05/2022, às 23:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO GOMES MACHADO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLEDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **DANIELE ELLERY MOURÃO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO**



SUPERIOR, em 31/05/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CESAR CARVALHO NASCIMENTO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOANA ELISA RÖWER, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIÃO ANDRÉ ALVES DE LIMA FILHO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 31/05/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0471143** e o código CRC **7A642A51**.



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA- 2022

Às quatorze horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, na sala de reunião do Instituto de Humanidades – IH, localizada no Campus dos Palmares, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, teve início a terceira reunião ordinária do ano de dois mil e vinte e dois do Colegiado do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB – Ceará, por convocação do coordenador de curso, professor Mário Henrique Castro Benevides. Participaram da reunião as/os professoras/es professoras/es: Daniele Ellery Mourão, Eduardo Gomes Machado, Gledson Ribeiro de Oliveira, Joana Elisa Röwer, Lucas Marcelo Tomaz de Sousa, Ricardo Ossagô de Carvalho, Ricardo César Carvalho Nascimento. O coordenador iniciou a reunião e efetuou, para apreciação do colegiado, a apresentação e leitura da pauta, composta pelos seguintes pontos iniciais: 1. Pedido de afastamento do professor Ricardo César Nascimento; 2. Atualização do PPC do Curso de Sociologia: elementos conceituais, revisões de forma e encaminhamentos de agenda; 3. Informes. Diante da solicitação de participação on-line do professor Eduardo, o colegiado aprovou, por unanimidade, em caráter excepcional, a participação do professor na reunião, e deliberou pela inclusão do tema “Discussão sobre as reuniões do colegiado de Sociologia no formato presencial e on-line”, como novo primeiro ponto para o debate. A respeito do assunto, o coordenador enfatizou a necessidade de realizar, primeiramente, uma investigação dos limites e regulamentações da Universidade, para que posteriormente, o colegiado possa deliberar sobre o formato de suas reuniões. O professor Ricardo Ossagô sugeriu o levantamento de informações junto ao Instituto, para verificar a possibilidade de participação dos docentes que se encontram em regime remoto. O colegiado entende que a ausência do termo presencial no Estatuto da Universidade, possibilita a manutenção das reuniões no formato remoto. Sobre esse entendimento, o coordenador enfatizou que, mesmo que a normativa não faça menção ao termo, faz-se necessário consultar a Universidade para uma garantia legal. Perante o exposto, o colegiado aprovou, por unanimidade, o seguinte encaminhamento: a aplicação de uma sondagem para avaliar a existência de uma regra jurídica que trate da possibilidade de manutenção das reuniões no formato remoto. No segundo ponto, após a apreciação do pedido de afastamento para realização de pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia, o colegiado aprovou, por unanimidade, o pedido de afastamento do professor Ricardo César Nascimento, no período de setembro de 2022 a agosto de 2023 (um ano). No terceiro ponto, o coordenador fez um breve relato dos movimentos e discussões já realizadas acerca das modificações do PPC, e destacou a necessidade de uma urgente atualização, onde será importante o engajamento e apoio do colegiado, para construção do processo. O coordenador apresentou uma proposta de instrumento de trabalho (ANEXO) para discussão e avaliação do colegiado. Após a apresentação, a proposta foi colocada para discussão de seus tópicos. A professora Daniele sugeriu um levantamento das ementas das disciplinas, afim de reunir outras contribuições, desenvolvimentos e referências aplicadas. Sobre a atuação dos egressos e das demandas externas do curso, a professora Joana destacou a importância de lutar pela ampliação da formação e dos espaços de atuação na região do Maciço de Baturité e nos países parceiros, visando o atendimento dessas demandas e pensando a inclusão do Ensino Fundamental no corpo do perfil do egresso. O professor Ricardo Ossagô propôs um mapeamento dos egressos do curso, para levantar informações sobre suas atuações e perspectivas. Sobre a proposta indicada, o coordenador destacou que esse levantamento trará indicativos formidáveis sobre a qualidade da formação do curso. O professor Ricardo Nascimento sugeriu, quanto a queda de ingressos/matricula, um acompanhamento das próximas entradas para identificar a continuidade dessa tendência, no intuito de evitar futuras intervenções

externas. O professor Gledson destaca a importância do uso das novas ferramentas tecnológicas no curso de Sociologia e considera interessante a inclusão desse tema como componente obrigatória. Após o debate e apresentação do instrumento, foram instituídos, mediante a divisão de alguns tópicos, os seguintes Grupos de trabalho – GTs: 1 - Classificação institucional e BNCC no Brasil: Joana e Gledson; 2 - Proposta do perfil de egresso: Mário, Joana e Ossagô; 3 - Atualização das ementas e planos do curso: Daniele, Gledson e Mário; 4. Curricularização da extensão: Lucas e Ricardo Nascimento. Ficou decidido ainda que os demais tópicos do instrumento serão debatidos em reuniões futuras, visando a construção de mais GTs e agendas de trabalho. Ao final da reunião, não havendo apresentação de informes, e assim, nada mais a relatar, eu, Johoonábia Santos, auxiliar administrativa do Instituto de Humanidades – IH, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada no SEI pelos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB/CE.

Acarape, 28 de março de 2022.

Mário Henrique Castro Benevides
Daniele Ellery Mourão
Eduardo Gomes Machado
Gledson Ribeiro de Oliveira
Joana Elisa Röwer
Lucas Marcelo Tomaz de Sousa
Ricardo Ossagô de Carvalho
Ricardo César Carvalho Nascimento.

(ANEXO)

Atualização do PPC do curso de Sociologia: elementos conceituais, revisões de

forma e encaminhamentos de agenda

Proposta de Instrumento de Trabalho

Motivações para a Atualização:

1. Consolidação da relação com a BNCC.
2. Curricularização da Extensão.
3. Debate sobre a inserção do egresso na Educação Básica (incluindo Ensino Fundamental).
4. Atualização mediante as mudanças estruturais do cenário de trabalho do egresso e avaliação dos espaços de atuação do mesmo.
5. Adequações de ementas e inclusões de disciplinas.
6. Avaliação da entrada no curso e quedas na matrícula.
7. Correções gerais e reorganização do documento.

Proposta de Estrutura da Discussão – Tópicos

1. O conceito do curso e suas diretrizes.
2. Classificação institucional e BNCC no Brasil/Avaliação da presença da formação nos demais países.
3. Estrutura de entrada e vínculo com o BHU.
4. Percentual de carga horária presencial e à distância.
5. Proposta de perfil de egresso e estrutura de disciplinas obrigatórias, considerando os países atendidos pelo curso e seu conceito.
6. Avaliação e ampliação de disciplinas optativas na grade curricular, considerando o perfil de egresso e a composição do colegiado.
7. Avaliação das disciplinas práticas e do percentual de conteúdo prático.
8. Atualização das ementas, bibliografias e cargas horárias das disciplinas atuais.
9. A curricularização da extensão: estrutura nas disciplinas atuais e em novas

disciplinas.

10. Estrutura do Colegiado e de suas subáreas: Área de Educação/Estágio, Comissão de TCC, etc.

11. Organização da transição dos PPCs.

Proposta de Estrutura da Discussão – Formato

1. Reuniões do NDE

2. Rodas de Conversa com os Discentes

3. Reuniões das Comissões de Trabalho (ao menos para os pontos 6 a 10).

4. Reuniões Extraordinárias do Colegiado



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 09/05/2022, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOANA ELISA RÖWER, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 09/05/2022, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE ELLERY MOURÃO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARCELO TOMAZ DE SOUZA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO GOMES MACHADO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 10/05/2022, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLEDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 16/05/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CESAR CARVALHO NASCIMENTO, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 17/05/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0456823** e o código CRC **7A3B7136**.

**Resultado Final da distribuição de cotas de bolsa conforme classificação das propostas aprovadas
na Proppg 03/2021 - Seleção de Projetos - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

Distribuição de cotas

#	Processo	Proponente	Título	Cotas contempladas
1	PVH1473	James Ferreira Moura Junior	Tecno-Poder-Mulher: Tecnologia social de Fortalecimento dos poderes e direitos de jovens mulheres universitárias em Acarape/CE e Redenção/CE	1 - PIBITI/CNPq
2	PVS1408	Livia Moreira Barros	Desenvolvimento de algoritmo para predição de agravamento clínico e qualidade de vida em pessoas com doenças cardiometabólicas após COVID-19	1 - PIBITI/CNPq
3	PVM1528	Basilele Malomalo	Programa Latitudes Africanas como uma Tecnologia Social: sistematização das ações que ocorreram entre 2020-2021 e execução de novas ações entre 2021-2022	1 - PIBITI/CNPq
4	PVH1511	Eduardo Gomes Machado	A roda de memória como uma tecnologia social inovadora: uma experiência participativa no Grande Bom Jardim	1 - PIBITI/CNPq
5	PVS1430	Vivian Saraiva Veras	CONTROLE GLICÊMICO, CONHECIMENTO E AUTOEFICÁCIA EM PESSOAS COM DIABETES TIPO 1 EM USO DO SISTEMA DE INFUSÃO CONTÍNUA DE INSULINA ANTES E APÓS 12 MESES DO INÍCIO DA PANDEMIA POR COVID-19	-
6	PVS1448	Juliana Jales de Hollanda Celestino	Avaliação da atividade antifúngica da Pereskia aculeata Miller frente a cepas de Candida spp. isoladas de pacientes HIV positivos.	-
7	PVN1491	Aluisio Marques da Fonseca	Síntese, caracterização e estudo in silico do complexo [Eu(TTA) ₃ .AMX] como biomarcador da glicoproteína Spike do Sars-CoV-2	-
8	PVE1436	Jose Cleiton Sousa dos Santos	ESTUDO COMBINADO DE DOCKING E DINÂMICA MOLECULAR DA RESOLUÇÃO CINÉTICA CATALISADA POR EVERSA LIPASE DE ALCOÓIS QUIRAIS EM SOLVENTES ORGÂNICOS	-
9	PVN1529	Livia Paulia Dias Ribeiro	OficinArt: empreendedorismo feminino e sustentabilidade	-
10	PVS1398	Anne Fayma Lopes Chaves	DESENVOLVIMENTO DE DISPOSITIVO PARA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA PRÁTICA SEXUAL ENTRE MULHERES LÉSBICAS	-
11	PVS1479	Jairo Domingos de Moraes	APOIA COVID-19: PROTÓTIPO PARA APLICATIVO MÓVEL DE APOIO SOCIAL À PESSOAS COM CONFIRMAÇÃO DE COVID-19	-
12	PVR1494	Lucas Nunes da Luz	FEIJÃO-CAUPI: DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA CULTIVAR DE FEIJÃO DE GRÃOS PRETOS PARA O ESTADO DO CEARÁ	-
13	PVS1440	Eysler Gonçalves Maia Brasil	Elaboração de um software para a Sistematização da assistência de Enfermagem - SAEP.	-
14	PVM1426	Eric Brasil Nepomuceno	Humanidades Digitais: criação de ferramentas digitais de pesquisa para as ciências humanas e sociais	-

**Resultado Final da distribuição de cotas de bolsa conforme classificação das propostas aprovadas
na Proppg 03/2021 - Seleção de Projetos - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

Distribuição de cotas

#	Processo	Proponente	Título	Cotas contempladas
15	PVS1463	Raquel Petrilli Eloy	Prospecção de espécies vegetais com propriedades fotoprotetoras e sua aplicação em cosméticos inovadores	-
16	PVE1504	Ligia Maria Carvalho Sousa Cordeiro	Desenvolvimento de Protótipo de Aquisição de Dados Meteorológicos: Uma Proposta Móvel e de Baixo Custo	-
17	PVE1519	Antonio Carlos da Silva Barros	Fast IIoT 4.0: Integração rápida na indústria 4.0 com Internet das Coisas (Internet Of Things)	-
18	PVS1435	Yara Santiago de Oliveira	A ABORDAGEM DA ENGENHARIA DE CRISTAIS PARA OTIMIZAÇÃO DO CLORIDRATO DE RALOXIFENO	-
19	PVE1492	Sabi Yari Moïse Bandiri	APLICATIVO PARA MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DA FROTA DE ÔNIBUS DA UNILAB	-

Redenção-CE, 26 de agosto de 2021

José Olavo da Silva Garantizado Júnior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

RESULTADO FINAL DAS ANÁLISES DOS PROJETOS SUBMETIDOS NA SELEÇÃO DO PROGRAMA DE BOLSA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA – EDITAL Nº04/2021 - PIBEAC 2022

PROJETOS APROVADOS - EIXO 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA

POSIÇÃO	PROCESSO	COORDENADOR	TÍTULO DA PROPOSTA	Nº DE BOLSAS
1	PJ116-2022	CARLOS HENRIQUE LOPES PINHEIRO	Pólis: ciclo de debates sobre cidades e narrativas urbanas.	1
2	PJ154-2022	JACQUELINE DA SILVA COSTA	Lélia Gonzalez, Presente! Projeto de Formação Interdisciplinar, Intelectual e Política sobre o Pensamento Feminista Negro, Conhecimento e Empoderamento de Mulheres Negras.	1
3	PJ091-2022	CLARISSE GOULART PARADIS	ECONOMIA, MULHER E SOLIDARIEDADE: práticas públicas nacionais e internacionais	1
4	PJ096-2022	MARCOS CARVALHO LOPES	botAfala: hip-hop, reconhecimento e educação democrática	1
5	PJ156-2022	LUIS TOMAS DOMINGOS	HISTÓRIA, LITERATURAS E CULTURAS AFRICANAS NO ENSINO MÉDIO	1
6	PJ019-2022	JAMILE MAGALHÃES FERREIRA	A arte do amamentar: ações educativas sobre aleitamento materno através das mídias sociais.	1
7	PJ006-2022	SABRINA RODRIGUES GARCIA BALSALOBRE	Emancipa Malês: estratégias internacionalistas de educação popular na Unilab	1
8	PJ042-2022	TALES PAIVA NOGUEIRA	Monitoramento de casos, vacinação e transmissão da Covid-19 nas cidades-sede dos campi da Unilab e municípios vizinhos	1
9	PJ058-2022	CARLOS MAROTO GUEROLA	Produção editorial, oralidade, memória e patrimônio cultural do Recôncavo da Bahia	1
10	PJ077-2022	MARIANA DA COSTA AGUIAR PETRONI	Biografias e Trajetórias. Produzindo um WikiAFRO.	1
11	PJ083-2022	LUCIANA SCHLEDER ALMEIDA	Alimentação Escolar para a promoção da cidadania	1
12	PJ103-2022	CLAUDILENE MARIA DA SILVA	Círculos de Leitura Pensamento Paulo Freire e Educação Antirracista	1
13	PJ008-2022	ALEXANDRE COHN DA SILVEIRA	JORNAL “O PONTO” – PODCAST “SEM PONTO”	1
14	PJ018-2022	HILANA DAYANA DODOU	CLUBE DAS MÃES DA UNILAB	1
15	PJ068-2022	PAULO SERGIO DE PROENCA	TV Matracas - Rede de Comunicação antirracismo e decolonial para os territórios e lugares da CPLP	1
16	PJ110-2022	ALLBERSON BRUNO DE OLIVEIRA DANTAS	PROGROBÔ: Ensino de Programação e Robótica para Alunos do Ensino da Rede Pública.	1
17	PJ053-2022	FERNANDA APARECIDA DOMINGOS PINHEIRO	Arquivo, memória e patrimônio: o tratamento da documentação do Centro de Convivência Antônio Diogo	1

18	PJ122-2022	SERGIO SERVILHA DE OLIVEIRA	DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS EM ENGENHARIA AUTOMOTIVA E TECNOLOGIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS	1
19	PJ066-2022	IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES-Malês	1
20	PJ140-2022	ANDRESSA SUELLY SATURNINO DE OLIVEIRA	O enfermeiro do amanhã contribuindo com a educação permanente de Agentes Comunitários de Saúde	1
21	PJ142-2022	LEIA CRUZ DE MENEZES RODRIGUES	Café com Letras – Linguística e Literatura: a transposição dos saberes da universidade à prática docente.	1
22	PJ147-2022	CARLOS ALBERTO CACERES COAQUIRA	Construa você mesmo um fogão solar e um desidratador de alimentos	1
23	PJ025-2022	ANELISE MARIA COSTA VASCONCELOS ALVES	Abordagens educacionais sobre animais errantes, tutela responsável e cuidados para prevenção de zoonoses: Uma estratégia de controle populacional nos campi da UNILAB	1
24	PJ136-2022	SUSANA CHURKA BLUM	Projeto Solo Vivo – Educação em Solos	1
25	PJ026-2022	MARCELO CASIMIRO CAVALCANTE	Criação e manejo sustentável de abelhas indígenas sem ferrão nos povos indígenas do estado do Ceará.	1
26	PJ049-2022	JORGE GARCIA BASSO	ARTE POPULAR E LITERATURA NA ESCOLA	1
27	PJ088-2022	KARINE CRISTIANE DE OLIVEIRA SOUZA	Projeto Água de Cisterna - Manejo adequado e uso consciente da água de cisternas.	1
28	PJ112-2022	VIVIANE GOMES PEREIRA RIBEIRO	Podcast “Ciência Química” - ferramenta de apoio didático e divulgação científica	1
29	PJ143-2022	EDUARDO GOMES MACHADO	Diálogos urbanos, juventudes e educação	1
30	PJ071-2022	SABI YARI MOÏSE BANDIRI	Engenharia na sociedade	1
31	PJ060-2022	TACILLA DA COSTA E SÁ SIQUEIRA SANTOS	Cine Brasil-África: Identidades e questões sócio-políticas.	1
32	PJ070-2022	JOANA D ARC DE SOUSA LIMA	MOVENTEMANGUE_ARTE: articulação em rede de experiências em Arte/Educação no Nordeste	1
33	PJ105-2022	MÁRCIA BARBOSA DE SOUSA	Conhecendo os alimentos: atividades coletivas educativas destinadas à promoção de boas práticas alimentares aplicadas nas escolas da região do Maciço do Baturité	1
34	PJ027-2022	LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE	TRANS*FORMANDO	1
35	PJ015-2022	LARISSA DEADAME DE FIGUEIREDO NICOLETE	SAÚDE SEM FAKE: USO DO PODCAST COMO FERRAMENTA DE DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS REAIS E COMBATE À FAKE NEWS SOBRE SAÚDE	1
36	PJ037-2022	RAFAEL DA CUNHA SCHEFFER	Processos de Redenção e região no Arquivo Público do Estado do Ceará: descrição e digitalização de um patrimônio histórico	1
37	PJ133-2022	LAYLA DANIELE PEDREIRA DE CARVALHO	Facul das crias: brinquedoteca e roda de conversa	1
38	PJ013-2022	PAULA MARCIANA PINHEIRO DE OLIVEIRA	INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA ENFERMEIROS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO	1

39	PJ107-2022	DANIEL FREIRE DE SOUSA	Fisiologia Humana na escola: aprendendo de forma lúdica como o corpo humano funciona	1
40	PJ004-2022	ALANA SANTOS MONTE	OFICINAS SOBRE PARTO HUMANIZADO: EMPODERANDO AS GESTANTES PARA DIREITO À ESCOLHA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19	1
41	PJ124-2022	JOBER FERNANDO SOBCZAK	Ciência na Serra, divulgação científica no Maciço de Baturité	1
42	PJ086-2022	REGILANY PAULO COLARES	ConectaQuímico@.com: auxiliando o processo de ensino e aprendizagem em Química na região do maciço de Baturité	1
43	PJ054-2022	RAFAELLA PESSOA MOREIRA	Ações educativas: gestão das cisternas para convivência com as secas e a prevenção de doenças sensíveis ao clima	1
44	PJ030-2022	MÔNICA REGINA SILVA DE ARAUJO	Descobrimos Pequenos Cientistas: Divulgação de ciências para o público infanto-juvenil	1
45	PJ109-2022	ITACIR MARQUES DA LUZ	Entre folhas e bençãos: cartografando as rezadeiras/benedeiras e rezadores/benedores em Redenção e Acarape – CE	1
46	PJ089-2022	YARA SANTIAGO DE OLIVEIRA	Implantação do Horto de Plantas Medicinais na UNILAB norteada pelas Diretrizes do Programa Farmácias Vivas II	1
47	PJ129-2022	ELCIMAR SIMÃO MARTINS	Ensino e Formação Docente: interação dialógica entre a Unilab e a sociedade.	1
48	PJ134-2022	LUANA DE ALMEIDA PEREIRA	Liga de Neurociências	1
49	PJ139-2022	ANDRE TELLES DO ROSARIO	Laboratório de Publicação Digital – Publicadora Palmartes	1
50	PJ153-2022	CARLA CRAICE DA SILVA	Diálogos Afetivos: acolhendo os migrantes internacionais na Bahia	1
51	PJ017-2022	GEORGIA MARIA FEITOSA E PAIVA	PROJETO EMPATIA: promoção da ética e da polidez nas práticas profissionais	1
52	PJ078-2022	MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA	Projeto: Laboratório Virtual de Formação de Professores (LABORVIR)	1
53	PJ085-2022	CAROLINA MARIA DE LIMA CARVALHO	GRUPO AMAR: O uso das Práticas Integrativas Complementares como recurso terapêutico na promoção da Saúde Mental de acadêmicos e estudantes do ensino médio e usuários de CAPS.	1
54	PJ040-2022	DANIELE ELLERY MOURÃO	Cinemas do Atlântico Sul: afetividades, interculturalidade e diáspora	1
55	PJ050-2022	JOYCE AMANCIO DE AQUINO ALVES	CICLO DE PALESTRAS: COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA	1
56	PJ056-2022	SEBASTIÃO ANDRÉ ALVES DE LIMA FILHO	Cinelab: Cenários Internacionais e Geopolítica Contemporânea em Debate nas Escolas Públicas do Maciço de Baturité e na UNILAB	1
57	PJ073-2022	ALUISIO MARQUES DA FONSECA	O USO DE APLICATIVOS GRATUITOS DE QUÍMICA EM AMBIENTES EDUCACIONAIS	1
58	PJ003-2022	MARIANA PRETA OLIVEIRA DE LYRA	PodMundo – Política Internacional Descomplicada	1
59	PJ118-2022	BASILELE MALOMALO	LATITUDES AFRICANAS: MÍDIAS SOCIAIS E PUBLICAÇÕES ALTERNATIVAS - 2022	1
60	PJ035-2022	ANA CAROLINE ROCHA DE MELO LEITE	Doenças Tropicais Negligenciadas: do envolvimento com a cavidade oral à continuidade da promoção de atividades educativas em saúde pela Enfermagem	1
61	PJ075-2022	ANA RITA DE CASSIA SANTOS BARBOSA	Brinquedoteca de histórias: contação de histórias e vivências lúdicas de letramentos na infância	1
62	PJ047-2022	CAMILA CHAVES DA COSTA	Curso Online: preparação para gestar, parir e maternar de forma consciente e saudável	1

63	PJ041-2022	MONALIZA RIBEIRO MARIANO GRIMALDI	Capacitação de mães sobre desobstrução de vias aéreas no bebê em amamentação e/ou introdução alimentar	1
64	PJ045-2022	MARIA DO SOCORRO MOURA RUFINO	O papel da alimentação escolar para a promoção da saúde: Programa "5 ao dia".	1
65	PJ061-2022	PATRICIA FREIRE DE VASCONCELOS	Saúde em cena : manejo de intercorrências com crianças em ambiente escolar por professores da educação infantil e fundamental I.	1
66	PJ155-2022	MARIA CLARETE CARDOSO RIBEIRO	QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES CRIOLAS DE PHASEOLUS LUNATUS L. ARMAZENADAS ARTESANALMENTE PARA FINS DE CULTIVO NO MACIÇO DE BATURITÉ	-
67	PJ108-2022	HUANA CAROLINA CANDIDO MORAIS	Ações educativas para prevenção de crises hipertensivas em pessoas com hipertensão arterial	-
68	PJ069-2022	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR	Infâncias reapoderadas 2022: oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape	-
69	PJ082-2022	EYSLER GONÇALVES MAIA BRASIL	Promoção da saúde mental da comunidade acadêmica em tempos de pandemia de Covid-19: linha de cuidado e sua interface com a rede assistencial.	-
70	PJ072-2022	LOURENÇO OCUNI CA	Programa de tutoria virtual de estudantes Moçambicanos durante a pandemia	-
71	PJ151-2022	VIVIANE PINHO DE OLIVEIRA	ForBio – Formação inicial e continuada para o Ensino de Ciências e Biologia	-
72	PJ033-2022	JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO	Grupo Azânia em Discussão: Cultura, Gêneros, Raças, Religiões e Educação	-
73	PJ111-2022	JULIANA GEÓRGIA GONÇALVES DE ARAÚJO	EmpoderArt	-
74	PJ127-2022	ELISANGELA ANDRE DA SILVA COSTA	Interrogações Pedagógicas: dos diálogos entre escola e universidade ao exercício de autoria na formação de professores	-
75	PJ059-2022	ROBÉRIO AMÉRICO DO CARMO SOUZA	Gamificação no ensino escolar: oficinas de capacitação de professores para o desenvolvimento e uso jogos eletrônicos didáticos na Área de humanidades.	-
76	PJ144-2022	THIAGO MOURA DE ARAÚJO	TELECONSULTA DE ENFERMAGEM PARA PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INDIVÍDUOS COM FERIDAS EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE.	-
77	PJ023-2022	ROBERTH FAGUNDES DE SOUZA	ESCOLA ANIMAL: ENSINO SOBRE ANIMAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MACIÇO DE BATURITÉ ATRAVÉS DE COLEÇÕES ZOOLOGICAS	-
78	PJ062-2022	KAE STOLL COLVERO LEMOS	A Interculturalidade na promoção de uma educação contra hegemônica: formação de professores no Maciço do Baturité	-
79	PJ022-2022	PAULO GOMES VAZ	Senta que lá vem a história da África: Um Podcast para reeducação do saber.	-
80	PJ051-2022	AURÉLIO WILDSON TEIXEIRA DE NORONHA	Experimentando Física	-
81	PJ031-2022	MARCIA ROBERTA FALCAO DE FARIAS	Olhando a Unilab através das lentes	-
82	PJ137-2022	MEIRE VIRGINIA CABRAL GONDIM	Formação de professores de língua portuguesa e análise/ produção de material didático	-

83	PJ087-2022	RAQUEL PETRILLI ELOY	Enfrentamento ao COVID-19 na UNILAB: ação para continuidade na produção e distribuição de álcool em gel e ações educativas	-
84	PJ114-2022	ANDREA GOMES LINARD	Instagram® e Facebook® como canais de comunicação para a socialização e discussão de informações e serviços de saúde do Maciço de Baturité direcionados as medidas de prevenção e controle da covid-19	-
85	PJ150-2022	LUIS GUSTAVO CHAVES DA SILVA	Valem mais 5 vídeos, do que cinco mil palavras: A BABOSA	-
86	PJ101-2022	LEIDIANE MINERVINA MORAES DE SABINO	Uso de álbum seriado para promover a segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos de idade em tempos de pandemia	-
87	PJ095-2022	GILVAN FERREIRA FELIPE	Tecnologias educativas para controle da hipertensão arterial – Projeto TECH	-
88	PJ135-2022	VANESSA TEIXEIRA DE FREITAS NOGUEIRA	ATENÇÃO FARMACÊUTICA COM PESSOAS AUTISTAS.	-

PROJETOS APROVADOS - EIXO 2 - LÍNGUAS E COMUNICAÇÃO

POSIÇÃO	PROCESSO	COORDENADOR	TÍTULO DA PROPOSTA	Nº DE BOLSAS
1	PJ065-2022	WANIA MIRANDA ARAUJO DA SILVA	Ensino-aprendizagem de línguas crioulas de base portuguesa: o caboverdiano	1
2	PJ038-2022	GISLENE LIMA CARVALHO	ESPANHOL LÍNGUA E CULTURA	1
3	PJ128-2022	ANA CRISTINA CUNHA DA SILVA	CONVERSATION SOCIETY – Curso de Conversação em Língua Inglesa	1
4	PJ152-2022	ANA PAULA RABELO E SILVA	Escola de Estudos em Linguagem e Sociedade - EELES	1
5	PJ113-2022	LIDIA LIMA DA SILVA	Kimbundu no Campus dos Malês – Curso introdutório	1
6	PJ149-2022	KALINE ARAUJO MENDES DE SOUZA	Rede IsF: Formação e Ensino em Português como Língua Adicional	1
7	PJ102-2022	LIA RAQUEL VIEIRA DE ANDRADE	Italiano, Língua e Cultura	1
8	PJ009-2022	KALINE GIRAO JAMISON	English Club: cursos de inglês da Unilab	1
9	PJ079-2022	GIANA TARGANSKI STEFFEN	English Conversation Space	1

PROJETOS APROVADOS - EIXO 3 - ARTE E CULTURA

POSIÇÃO	PROCESSO	COORDENADOR	TÍTULO DA PROPOSTA	Nº DE BOLSAS
1	PJ021-2022	BRUNO GOULART MACHADO SILVA	Banda Cabaçal Palmares: difusão, performance e musicalidade das bandas cabaçais	1
2	PJ039-2022	MARCOS VINICIUS SANTOS DIAS COELHO	INTEGRA-SAMBA: Música, dança, cultura e história na integração universitária	1
3	PJ093-2022	ANA CLAUDIA GOMES DE SOUZA	GIMU – Grupo de Integração Musical da UNILAB	1
4	PJ145-2022	CARLOS SUBUHANA	“Pérolas do Índico”: divulgando e preservando o patrimônio cultural imaterial moçambicano através da dança – 4ª Edição	1
5	PJ099-2022	LEANDRO DE PROENÇA LOPES	UNICULTURAS – “Unidos pela Integração”	1
6	PJ014-2022	LIA DIAS LARANJEIRA	Cabaz Garandi – Ritmos e danças tradicionais da Guiné Bissau a partir do Recôncavo Baiano	1

7	PJ094-2022	CAROLINA MARIA COSTA BERNARDO	UBUNTUDANCE: a dança como integração da comunidade/nação unilabiana	1
8	PJ012-2022	MARIA AURINIVEA SOUSA DE ASSIS	Grupo de Teatro Afrisamé	1
9	PJ100-2022	RICARDO CESAR CARVALHO NASCIMENTO	GRUPO CULTURAL TOQUES DA BANDA: APROXIMANDO PESSOAS ATRAVÉS DAS DANÇAS TRADICIONAIS DE ANGOLA, EM CONTEXTO CEARENSE.	1
10	PJ036-2022	MARIA ANDREA DOS SANTOS SOARES	Oficinas de Teatro e Performance Malês Em Cena	1
11	PJ141-2022	LARISSA OLIVEIRA E GABARRA	Podcast: mestras e mestras das tradições vivas	1
12	PJ125-2022	CRISTIANE SANTOS SOUZA	A performance afro diaspórica nas encruzilhadas do tempo e na memória	1
13	PJ057-2022	ANTONIO VIEIRA DA SILVA FILHO	Firkidja di no Kampada na Interculturalidade: Produção Artística e Literária Integradora	1

PROJETOS APROVADOS - EIXO 4 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS

POSIÇÃO	PROCESSO	COORDENADOR	TÍTULO DA PROPOSTA	Nº DE BOLSAS
1	PJ064-2022	LAILSON FERREIRA DA SILVA	Formação de lideranças ciganas: fortalecimento de competências e habilidades para o controle social	1
2	PJ092-2022	JEFERSON FALCAO DO AMARAL	Educação em Saúde no uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Aldeia Indígena Pitaguary.	1
3	PJ115-2022	ELIANE COSTA SANTOS	Quintais produtivos das comunidades tradicionais: cultura e segurança alimentar na perspectiva das Ações Afirmativas	1

PROJETOS NÃO APROVADOS - EIXO 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA

POSIÇÃO	PROCESSO	COORDENADOR	TÍTULO DA PROPOSTA	SITUAÇÃO
1	PJ097-2022	MAGNO KLEIN SILVA	Mercado de Trabalho para os Egressos do Curso de Relações Internacionais	NÃO APROVADO

ceac

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO
E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

PROEX
Pró-Reitoria de
Extensão,
Arte e Cultura



UNILAB
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

AÇÃO VINCULADA AO EDITAL:

PIPEAC PIBELPE PROEXT FLUXO CONTÍNUO EDITAL TEMÁTICO

Esta folha de frequência tem como finalidade atestar as atividades realizadas durante o mês de competência em relação à execução do Plano de Trabalho aprovado. A folha de frequência do bolsista/voluntário, após assinada pelo bolsista/voluntário e pela Coordenação da Ação, deve ser digitalizada e enviada à PROEX via e-mail institucional previsto no edital, com o título "Frequência Mensal" impreterivelmente **até o dia 23 do mês**. É **IMPORTANTE** informar que o envio do relatório de frequência poderá ser feito pelo bolsista/voluntário, contudo, o documento só será válido e aceito se o e-mail estiver com cópia para o Coordenador. O não cumprimento desta exigência implicará na exclusão do bolsista da folha de pagamento do mês em questão. A bolsa, uma vez suspensa, em nenhuma hipótese será paga retroativamente.

Processo:

RELATÓRIO DE FREQUÊNCIA MENSAL DE BOLSISTA/VOLUNTÁRIO 2022

SITUAÇÃO DO DISCENTE

BOLSISTA VOLUNTÁRIO

Será considerado para fins de comprovação de recebimento da frequência mensal, o e-mail confirmatório enviado pela PROEX.

DADOS DO BOLSISTA/VOLUNTÁRIO

Nome: Geyse Anne Souza da Silva	CPF: 042.502.583-78
Curso: Pedagogia	Celular: 85 986364426
Nacionalidade: Brasileira	E-mail: geyseannedasilva@gmail.com

DADOS DA BOLSA

Título da Ação: Diálogos Urbanos, juventudes e educação		
Coordenação da Ação: Eduardo Gomes Machado		
Mês de Referência: 07	Ano: 2022	Carga Horária Mensal: 51h

Informe o título completo da Ação de Extensão, sem abreviaturas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1ª Semana								Descrição:
DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização para a oficina de leitura comunitária - Visita na cozinha Avivar - Oficina de leitura comunitária "construção do mapeamento participativo" part.2
	INÍCIO	TERMÍNO			INÍCIO	TERMÍNO		
22/06	13h	16h	3h					
23/06	13h	18h	5h					
24/06	13h	18h	5h					
				Total de Horas na Semana: 13h				
2ª Semana								Descrição:
DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura das publicações do Diálogos - Atualização da agenda do Diálogos - Produção do card e divulgação nas redes da pesquisa sobre reformulação do PPC da sociologia - Divulgação nos grupos da matéria "Movimento das cozinhas comunitária do GBJ para a criação de selo
	INÍCIO	TERMÍNO			INÍCIO	TERMÍNO		
27/06	13h	17h	4h					
28/06	9h	10h	1h					
30/06	8h	12h	4h					
01/07	13h	14h	1h	Total de Horas na Semana: 12h				
3ª Semana								Descrição:
DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	<ul style="list-style-type: none"> - Seleção das fotos e matérias para o relatório parcial - Oficina de cartografia social - Início da inscrite do relatório parcial - Oficina de cartografia social Omõrisa Odé
	INÍCIO	TERMÍNO			INÍCIO	TERMÍNO		
04/07	8h	12h	4h					
04/07	15h	17h	2h					
05/07	8h	12h	4h					
06/07	15h	17h	2h	Total de Horas na Semana: 12h				

4ª Semana							Descrição:
DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS
	INÍCIO	TERMÍNO			INÍCIO	TERMÍNO	
11/07	13h	18h	5h				- Elaboração do apêndice do relatório parcial - Finalização e envio do relatório parcial - Produção de card e divulgação das últimas publicações acadêmicas do Diálogos - Reunião da rede de cozinha comunitárias do GBJ
12/07	8h	12h	4h				
13/07	13h	16h	3h				
15/07	17h	19h	2h	Total de Horas na Semana: 14h			
5ª Semana							Descrição:
DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS	DIA	HORÁRIO		TOTAL HORAS
	INÍCIO	TERMÍNO			INÍCIO	TERMÍNO	
				Total de Horas na Semana:			

Descreva as atividades realizadas de acordo com o **Cronograma de Execução** do projeto para o mês. As atividades devem alinhar-se com o **Plano de Trabalho Individual** do bolsista/voluntário.

Este **registro de atividades** deve ser preenchido **somente** nos dias em que o bolsista/voluntário executar alguma atividade do projeto. Nesses dias, o bolsista/voluntário deverá registrar o horário de início e término da atividade e somar a quantidade de horas dedicadas no dia. A cada **semana** o bolsista/voluntário deverá registrar no mínimo 12 horas e no máximo 20 horas de atividades, totalizando **mensalmente** o mínimo de 48 horas e o máximo de 80 horas.

Em caso de bolsista, informar mensalmente:

Banco: Banco do Brasil

Agência: 2925-4

Conta corrente: 22.692-0

Operação: Corrente

Declaro estar ciente das informações acima descritas,

Acarape, 23 de julho de 2022

Local (CIDADE-UF) e Data (DD/MM/AAAA)

Geysse Anne Souza da Silva

Assinatura do Bolsista/Voluntário

Eduardo Gomes Martins

Assinatura do Coordenador da Ação de Extensão

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



CÂMARAS DE ASSESSORAMENTO E AVALIAÇÃO DA FUNCAP – DIVISÃO CIENTÍFICA.

Ciências Agrônômicas e Veterinárias - CAV

	Nome	Área	IES
1	Carlos Alexandre Gomes Costa	Eng. Agrícola	UFC
2	Magno José Duarte Cândido	Zootecnia	UFC
3	Maria do Socorro Rufino	Agronomia / Fitotecnia	UNILAB
4	Marcel Teixeira	Medicina Veterinária	EMBRAPA
5	Roberto Cláudio Fernandes Franco Pompeu	Zootecnia	EMBRAPA
6	Vicente José de Figueiredo Freitas	Medicina Veterinária	UECE

**Agronomia, ciência e tecnologia de alimentos, engenharia agrícola, medicina veterinária, recursos florestais e engenharia de florestas, recursos pesqueiros e engenharia de pesca.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



Ciências Exatas e da Terra - CET

	Nome	Área	IES
1	Diego Ribeiro Moreira	Matemática	UFC
2	Alejandro Pedro Ayala	Física	UFC
3	Maria da Conceição Ferreira de Oliveira	Química	UFC
4	Alexandre Magno Rodrigues Teixeira	Física	URCA
5	Hélcio Silva dos Santos	Física	UVA
6	Daniel Brandão Menezes	Matemática	UVA
7	José Euclides Gomes da Silva	Física	UFCA
8	Aluísio Marques da Fonseca	Química	UNILAB
9	Frederico de Holanda Bastos	Geografia	UECE
10	Davis Pereira de Paula	Geografia	UECE
11	Marcony Silva Cunha	Física	UECE

**Astronomia, física, geociências, geografia, matemática, oceanografia, probabilidade e estatística, química.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



Ciências Médicas e da Saúde - CMS

	Nome	Área	IES
1	Maristela Inês Osawa Vasconcelos	Enfermagem	UVA
2	Eliany Nazaré de Oliveira	Enfermagem	UVA
3	Maria Lúcia Duarte Pereira	Enfermagem	UECE
4	Henrique Douglas Melo Coutinho	Genética	URCA
5	Evanira Rodrigues Maia	Enfermagem	URCA
6	Thiago Moura de Araújo	Enfermagem	UNILAB
7	Lívia Moreira Barros	Enfermagem	UNILAB
8	Reinaldo Barreto Oriá	Morfologia	UFC
9	Geanne Matos de Andrade	Fisiologia / Farmacologia	UFC
10	Renan Magalhães Montenegro Junior	Medicina	UFC
11	Karuza Maria Alves Pereira	Patologia	UFC

**Educação física, farmácia, enfermagem, terapia e fisioterapia funcional, medicina, fonoaudiologia, nutrição, odontologia e saúde coletiva, fisiologia e farmacologia.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



Engenharias e Ciências da Computação - ECC

	Nome	Área	IES
1	João Paulo Pordeus Gomes	Computação	UFC
2	Francisco Murilo Tavares de Luna	Eng. Química	UFC
3	Rafael Castro de Andrade	Estatística / Matemática Aplicada	UFC
4	Francisco Walber Ferreira da Silva	Biotecnologia	UVA
5	José Cleiton Sousa dos Santos	Eng. Química	UNILAB
6	Vandilberto Pereira Pinto	Eng. Elétrica	UNILAB
7	Marcial Porto Fernandez	Eng. Elétrica	UECE

* *Ciência da computação, eng. aeroespacial, eng. Biomédica, eng. civil, eng. Elétrica, eng. materiais e metalúrgica, eng. minas, eng. transportes, eng. produção, eng. mecânica, eng. naval e oceânica, eng. nuclear, eng. química e eng. Sanitária.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85)] 3275-9555 / 3275-2942



Ciências Sociais Aplicadas - CSA

	Nome	Área	IES
1	Hugo Marco Consciência Silvestre	Administração	UNILAB
2	Antônio Roberto Xavier	Educação	UNILAB
3	Lia Pinheiro Barbosa	Ciências Sociais	UECE
4	Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macedo	Ciências Contábeis / Administração	UVA
5	Eliane Pinheiro de Sousa	Economia	URCA
6	Andrei Gomes Simonassi	Economia Aplicada	UFC
7	Fabício Carneiro Linhares	Economia Aplicada	UFC
8	Mônica Cavalcante de Sá Abreu	Administração	UFC

**Administração, arquitetura e urbanismo, ciência da informação, ciências políticas, comunicação, demografia, desenho industrial, direito, economia, economia doméstica, museologia, planejamento urbano e regional, serviço social, sociologia, estilismo e turismo.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



Ciências Humanas, Linguagem e Artes - CHLA

	Nome	Área	IES
1	Andrea Borges Leão	Sociologia	UFC
2	Wagner Bandeira Andriola	Educação	UFC
3	Cassio Adriano Braz de Aquino	Psicologia	UFC
4	Virgínia Célia Cavalcante de Holanda	Geografia	UVA
5	Eduardo Gomes Machado	Sociologia	UNILAB
6	Tarin Cristino Frota Mont'Alverne	Direito	UFC
7	Isabel Maria Sabino de Farias	Educação	UECE

** Antropologia, educação, filosofia, história, psicologia, teologia, artes, letras e lingüística.*

AV. OLIVEIRA PAIVA, 941 - CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS
CEP: 60.822-130 FORTALEZA, CE
Fone: (85) 3275-9555 / 3275-2942



Ciências Biológicas e Ambientais - CBA

	Nome	Área	IES
1	Jobber Fernando Sobczak	Ecologia / Recursos Naturais	UNILAB
2	Luzia Kalyne Almeida Moreira Leal	Farmácia	UFC
3	Carla Ferreira Rezende	Ecologia	UFC
4	Elnatan Bezerra de Souza	Botânica	UVA
5	Francisco de Assis Bezerra da Cunha	Bioquímica	URCA
6	Francisco José de Paula Filho	Química Ambiental	UFCA
7	Bruno Anderson Matias da Rocha	Bioquímica	UFC

V Encontro Internacional

Participação, Democracia e Políticas Públicas

26 a 29 de abril de 2022 - UFRN, evento online



CERTIFICADO

Certificamos que Eduardo Gomes Machado participou como ouvinte do V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, realizado entre os dias 26 e 29 de abril de 2022, na modalidade online, perfazendo carga horária de 32 horas de atividades, na modalidade online.

Natal, 29 de abril de 2022

LINDIJANE ALMEIDA

Comissão Organizadora

Realização



UFPB

Organização





SKETCHES URBANOS EM PEQUENAS CIDADES NO NORDESTE BRASILEIRO

URBAN SKETCHES IN SMALL TOWNS IN NORTHEASTERN BRAZIL

Eduardo Gomes Machado - Pesquisador e Doutor em Sociologia. Professor Associado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaborador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares. Membro do Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. E-mail: eduardomachado@unilab.edu.br

André Dias - Artista desenhista. Quadrinista, ilustrador, instrutor e realizador de cinema de animação. Formado pelo NACE (Núcleo de Cinema de Animação do Ceará – Casa Amarela/UFC). Administrador do estúdio ANDANÇAS – ATELIÊ DE ANIMAÇÃO. Editor da revista Pindaíba. Desenvolve trabalhos autônomos. Sua mais nova paixão são os sketches urbanos. E-mail: diasnoc72@gmail.com

Maria Valdelia Carlos Chagas de Freitas - Bacharela em Humanidades (UNILAB), Licenciada em História e graduanda em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Pesquisadora do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares. E-mail: valdelia@aluno.unilab.br

Stefania Maria Francolino da Silva - Bacharela em Humanidades (UNILAB), Graduanda em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaboradora do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares. E-mail: stef.francolino@gmail.com

Geyse Anne Souza da Silva - Artista e comunicadora popular. Bacharela em Humanidades (UNILAB), graduanda em Pedagogia (UNILAB) e membro do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares. E-mail: geyseannedasilva@gmail.com

RESUMO

Esta memória visual apresenta oito *sketches* urbanos produzidos por André Dias, artista visual cearense, em parceria com grupo de extensão e pesquisa situado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Apresentamos oito *sketches* urbanos que registram duas pequenas cidades interioranas do Nordeste brasileiro, Redenção e Acarape, no Ceará. Os *sketches* retratam cenas ou situações cotidianas dos espaços urbanos, através de desenhos que articulam diferentes técnicas, materiais e suportes. Os *sketches* farão parte de uma exposição itinerante que circulará por espaços públicos e escolas das duas cidades, objetivando a efetivação de aprendizagem, a construção de diálogos, a valorização de conhecimentos e potenciais efeitos na produção social do espaço urbano. Essa experiência entrelaça ações de extensão e de pesquisa realizadas em duas pequenas cidades, impactadas pela implantação de uma universidade federal pública interiorizada e internacionalizada a partir de 2011. Interessamos os lugares, as situações e as dinâmicas urbanas cotidianas, considerando uma diversidade de agentes que, convivendo reiteradamente, ocupam, usam e produzem as cidades. Com destaque para as juventudes estudantis urbanas, com grande parcela delas sendo originária de outras

localidades, municípios e países, buscamos perceber como vivenciam e lidam com os desafios cotidianos enfrentados nos espaços urbanos. A metodologia, envolvendo pré-produção, produção e pós-produção, será detalhada no texto.

Palavras-chave: pequenas cidades; *sketches*; urbano; cotidiano; juventudes.

ABSTRACT

This visual memory presents eight urban sketches made by André Dias, a visual artist from Ceará, in partnership with a research and outreach group located in the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). We present eight urban sketches that register two small country towns from Northeastern Brazil, Redenção and Acarape, in Ceará. The sketches will be part of a traveling exposition that will visit public spaces and the schools in two towns, in the aim of effecting learning, building dialogues, valuing knowledge and potential effects in the social production of the urban space. The sketches portray daily situations and scenes from urban spaces, through drawings that articulate different techniques, materials and supports. This experience intertwines outreach and research actions done in two small towns, affected by the implementation of a public federal university that has been deurbanized and internationalized in 2011. We are interested in the daily urban places, situations, and dynamics, taking into account a diversity of agents that, coexisting repeatedly, occupy, use, and make the towns. We highlight the urban student youth, with a great part of them being from other places, cities, and countries, in the aim of understanding how they experience and deal with daily challenges faced in urban spaces. The methodology involved pre-production, production and post-production, described in the text. The methodology, involving pre-production, production and post-production, will be detailed in the text.

Keywords: small cities; sketches; urban; daily life; youth.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos oito *sketches* urbanos feitos entre junho e outubro de 2019, em duas pequenas cidades interioranas do nordeste brasileiro, Redenção e Acarape, no estado do Ceará. A experiência se insere em ações acadêmicas extensionistas e de pesquisa, as quais cartografam (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015) as duas cidades, considerando a implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a partir de 2011. Nas ações desenvolvidas, discutimos continuidades, mudanças e conflitos na vida urbana cotidiana, com destaque para como as juventudes estudantis vivenciam e fazem a cidade (AGIER, 2015).

As cidades são praticamente conurbadas, possuindo três *campi* da UNILAB. São muito marcadas por uma dimensão monumental, considerando que são percebidas como o primeiro lugar do Brasil a abolir a escravidão. Ao mesmo tempo, há uma herança católica muito presente no espaço urbano, em sua materialidade e em suas dinâmicas cotidianas.

Os *sketches* são desenhos que registram cenas ou situações do cotidiano urbano, mobilizando diferentes técnicas, materiais e suportes, revelando a vontade de explorar, conhecer, expressar o mundo e, mais do que isso, “apresentar, revelar, manifestar, expor, marcar, dar provas de, realçar, atestar, salientar, deixar ver, fazer compreender, demonstrar, tornar visível” o espaço e

o cotidiano urbano (KUSCHNIR, 2012, p. 296). Desse modo, os *sketches* urbanos compartilham um “olhar mais atento”, uma “investigação sistemática”, uma “atitude de interrogar e redescobrir as mediações e os modos de ver o mundo” para, finalmente, “(re)encontrar o mundo pelo desenho” (KUSCHNIR, 2012, p. 296). O desenhar adquire, assim, um caráter de construção processual de conhecimento, envolvendo a proximidade e, pode-se dizer, até mesmo, a cumplicidade com o que se desenha (KUSCHNIR, 2012). Revela-se, assim, uma dimensão experiencial que, ousamos afirmar, inclui dimensões cognitivas, normativas, “da afetividade e da sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto” (CEFAI, 2009, p. 24).

A UNILAB é uma universidade federal interiorizada e internacionalizada¹, situada a aproximadamente 60 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará, na região Nordeste do Brasil. Sua implantação ocasionou uma mobilidade estudantil em larga escala, destacando-se a migração temporária de brasileiros, de timorenses e de africanos – de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (LANGA, 2017). Em poucos anos, milhares de novos moradores se incorporaram ao cotidiano urbano. No primeiro semestre de 2019, a instituição possuía mais de 5.000 estudantes, com aproximadamente 2,2 mil residindo em Redenção e em Acarape, efetivando uma universidade plural e representativa, com maior presença no cotidiano urbano de mulheres, LGBTQ+’s, negros, indígenas, quilombolas e africanos (UNILAB, 2020a; 2020b; 2020c). A maior parte dos estudantes tem origem em famílias populares, muitos sendo os primeiros dessas famílias a ingressar no ensino superior (UNILAB, 2020a; 2020b; 2020c)². Desse contingente, no primeiro semestre de 2019, mais de 800 discentes do Ceará são originários de outros países, e uma parcela significativa dos discentes brasileiros advém de outros municípios cearenses e de localidades de Redenção e Acarape (UNILAB, 2020a; 2020b; 2020c)³.

Nesse contexto, a partir do primeiro semestre de 2019, a equipe do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares teve contato com os primeiros *sketches* urbanos feitos por um artista plástico cearense, André Dias, tendo ficado surpreendida – sociológica e esteticamente – com os registros efetuados. Mais do que isso, avaliando que a confecção de *sketches* urbanos retratando as cidades de Redenção e de Acarape poderia tornar-se relevante aos processos extensionistas e investigativos em curso, pois, além das significações artística, científica e educacional, comporia memórias visuais relevantes às cidades. Considerando essas intuições, fizemos os primeiros diálogos e reuniões e definimos a confecção de *sketches* urbanos que retratassem as duas cidades. Foram, então, produzidos dezoito *sketches*, dos quais oito são aqui apresentados (Fig. 1 a 8).

A metodologia envolveu uma dinâmica de pré-produção, produção e pós-produção, descrita a seguir. **Pré-produção:** (1) reuniões dialógicas, com participação de André Dias e das equipes de extensão e pesquisa, sistematizando, apresentando, construindo conjuntamente e consolidando conceitos e categorias, vetores e questões teórico-empíricas trabalhadas pelo grupo; situando assim o caráter e a importância dos *sketches* urbanos e definindo cronograma, objetivos, metodologia e produtos a serem gerados; (2) identificação preliminar de lugares significativos, paisagens, situações e personagens a serem retratados; (3) visitas de campo feitas por André Dias, com apoio da equipe, reconhecendo o campo, vivenciando o cotidiano, acostumando-se com as situações, interagindo com as pessoas e ativando percepções. **Produção:** produção dos *sketches* urbanos, com visitas de dois a três dias às cidades, sendo produzidos a cada dia em média dois *sketches*;

¹A internacionalização foca a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

²O popular remete a famílias não proprietárias de terra e capital, sem renda ou com renda familiar baixa, em situação de vulnerabilidade social e, em vários casos, enraizadas/pertencentes a populações tradicionais/originárias.

³A UNILAB também possui um campus na Bahia, na cidade de São Francisco do Conde.

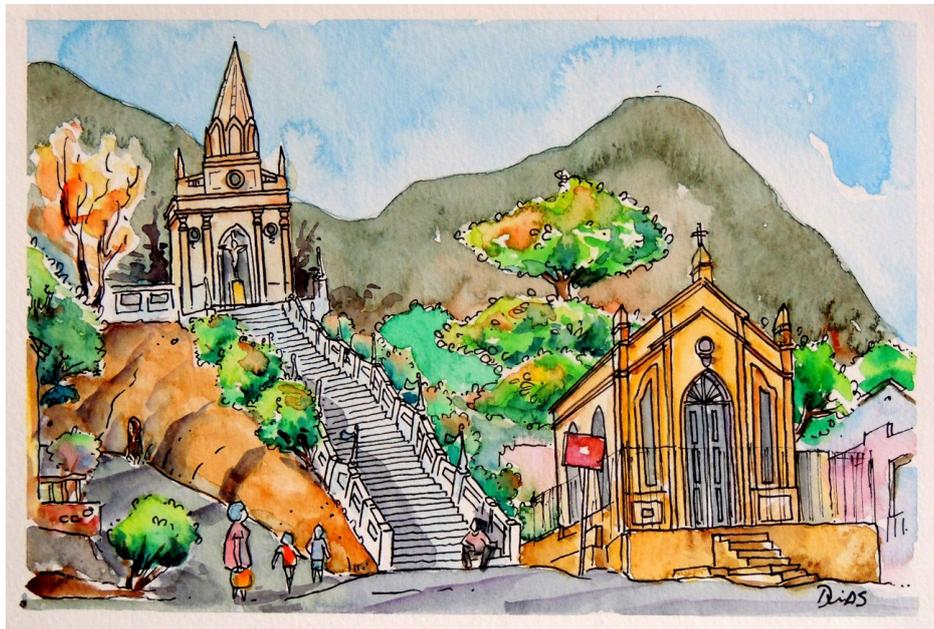
com o artista visual vivenciando cada local e situação por um período entre uma e três horas, com os equipamentos e materiais necessários. **Pós-Produção:** entrega dos *sketches* em formato digital e impresso, com os originais estando atualmente sob a guarda do grupo; apresentação dos *sketches* em reuniões do grupo, com circulação e análise fundamentando reflexões; definição de ações extensionistas a serem desenvolvidas, detalhadas no último tópico desta memória visual; realização de ações extensionistas (ainda não efetuadas em virtude da pandemia).

OS SKETCHES URBANOS

Os *sketches* urbanos aqui apresentados evidenciam logradouros, equipamentos públicos, personagens, situações cotidianas e os entornos das cidades, incluso elementos naturais e artificiais.

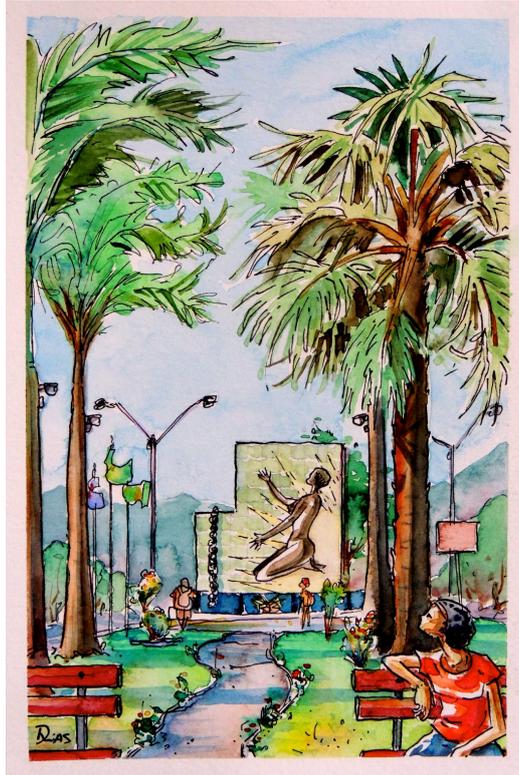
Transpostas através dos *sketches*, as cidades parecem indiciar, em alguns casos, rumores a ecoar de passados que atravessam séculos e gerações, e se atualizam no cotidiano urbano, como nas edificações e atos religiosos, na natureza que insiste em permanecer, nos monumentos urbanos e nas brincadeiras junto aos trilhos da ferrovia abandonada. Talvez estejamos, então, diante de enigmas que nos instigam, mobilizam e movimentam, posto que experienciamos a “impressão de reviver, em todas as suas circunstâncias, uma situação anteriormente vivida quando ela é efetivamente nova”, indicando, tal como um rumor, que é o “passado histórico que, muitas vezes, deita luz (clareza) à obscuridade dos enigmas” no presente (PAIS, 2015, p. 63).

Figura 1 – Alto de Santa Rita em Redenção



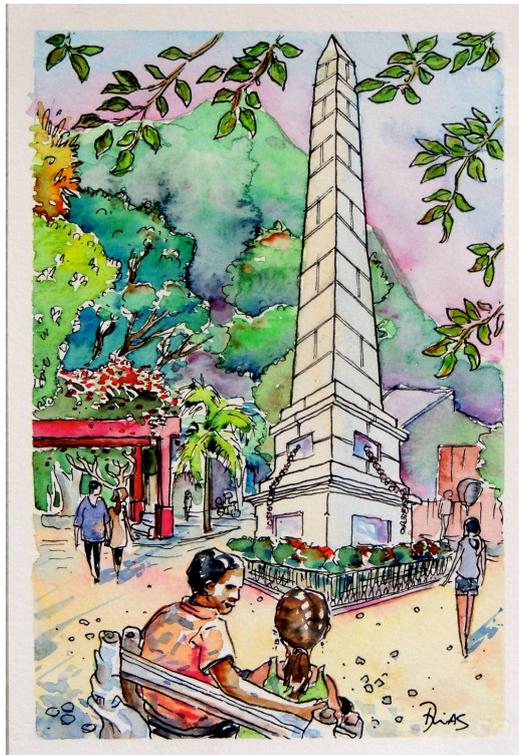
Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 2 – Monumento da Negra Nua em Redenção



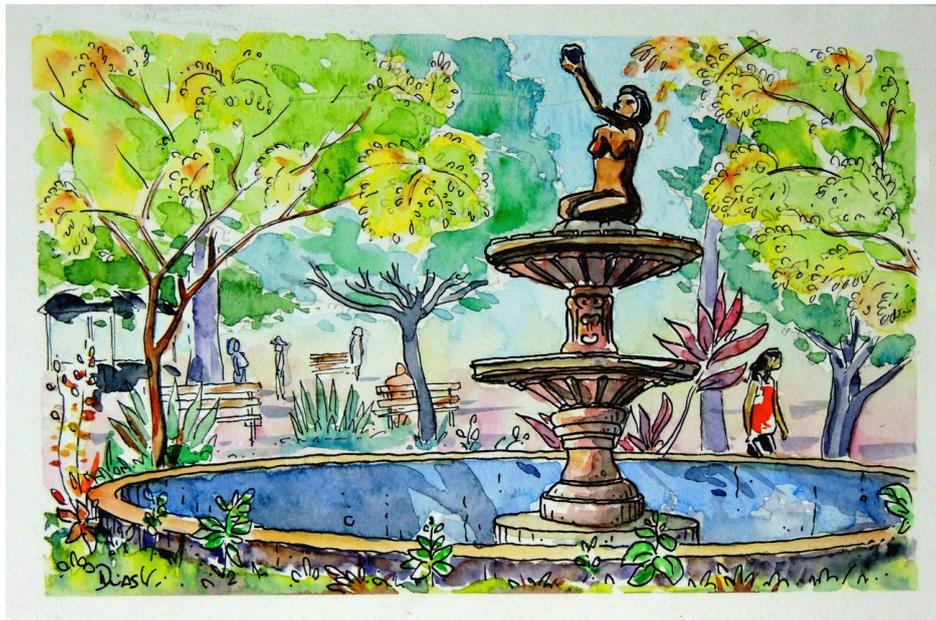
Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 3 – Praça do Obelisco em Redenção



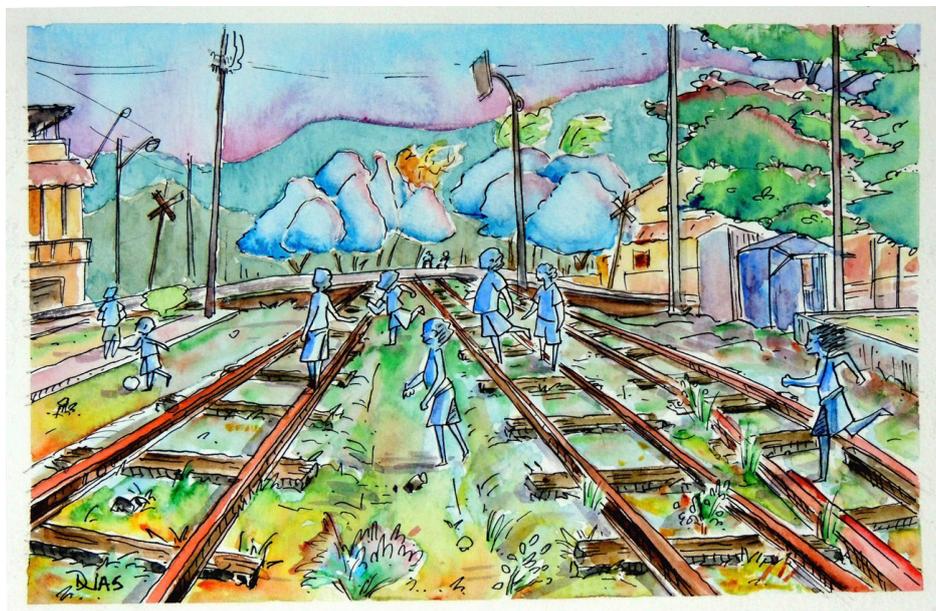
Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 4 – Fonte Praça Central em Acarape



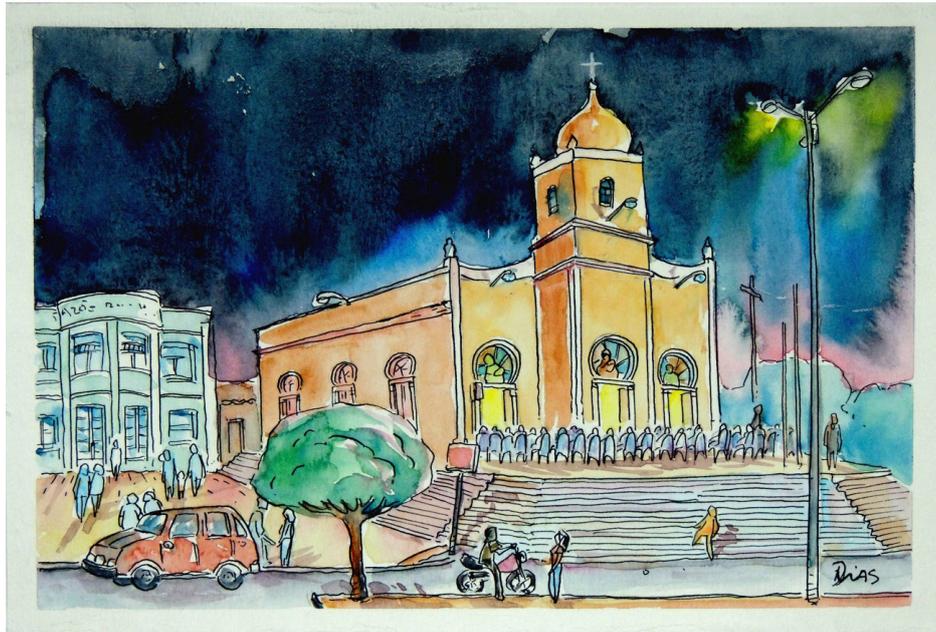
Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 5 – Antiga linha férrea em Acarape



Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 6 – Igreja São João Batista em Acarape



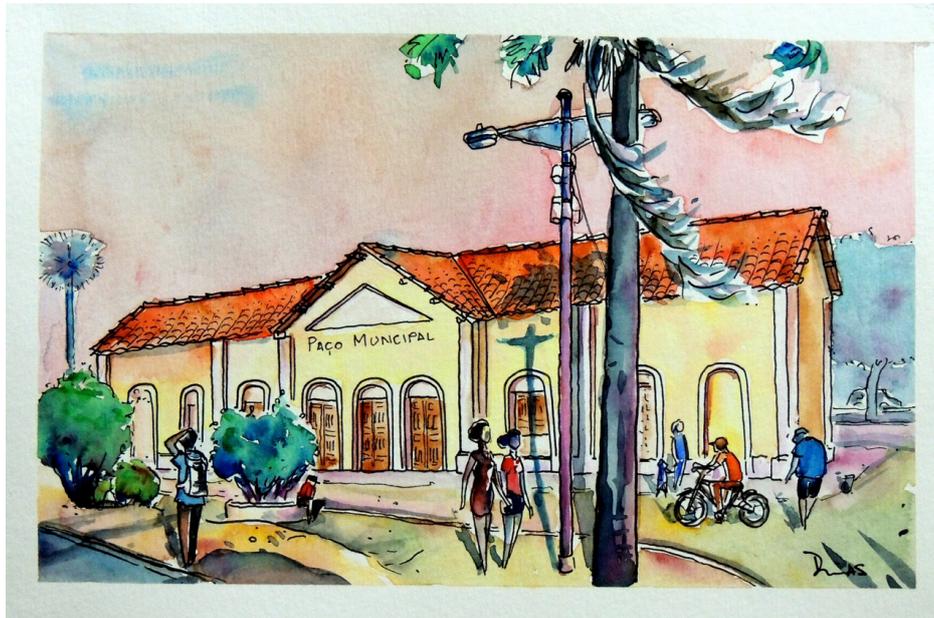
Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 7 – Quiosque da Neném e Lúcia em Acarape



Fonte: Acervo do autor, André Dias

Figura 8 – Paço Municipal em Acarape



Fonte: Acervo do autor, André Dias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *sketches* se articulam aos processos e dinâmicas de extensão e pesquisa do Grupo Diálogos, fundamentando e fortalecendo três vetores estratégicos.

Primeiro, enquanto obras artísticas que evidenciam patrimônios e registram memórias visuais significativas às cidades, com lugares, equipamentos, monumentos, paisagens artificiais e naturais, personagens, dinâmicas e situações cotidianas. Entendemos que a produção dos *sketches* urbanos e, particularmente, a publicação dessa memória visual, contribui para registrar o patrimônio material e imaterial das duas cidades, incluso lugares, personagens, situações e dinâmicas urbanas cotidianas, fomentando percepções e reflexões críticas.

Segundo, como instrumentos ou ferramentas que podem potencializar estratégias curriculares e pedagógico-didáticas e metodologias de ensino e aprendizagem significativas e inovadoras, fomentando uma educação contextualizada. Assim, os *sketches* urbanos fomentam reflexões e representações que envolvem o cotidiano urbano vivenciado, de modo integrado à dinâmica de ensino e aprendizagem na educação superior e básica, compartilhando saberes e instigando a recepção e a fruição das obras artísticas, assim como a produção de outras produções artísticas. Nesse sentido, ações extensionistas planejadas pelo Grupo Diálogos não puderam ser realizadas em virtude da pandemia, mas pretendemos realizá-las logo que as condições sanitárias permitam. (I) Uma exposição itinerante dos *sketches* com circulação em equipamentos públicos, praças e escolas profissionalizantes, de ensino médio e fundamental; (II) Reuniões com professores e professoras de humanidades dessas escolas, para fomentar reflexões e buscar conjuntamente estratégias pedagógicas e metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras; (III) Um concurso estimulando a educação contextualizada, com participação de estudantes, fomentando a produção visual, assim como a reflexão crítica e a atuação prática sobre as cidades.

Terceiro, enquanto fontes de dados para as análises e as produções científicas, gerando indícios importantes à análise e atuação do grupo. Neste sentido, vinculando-se à cartografia social e ao paradigma indiciário, foram importantes, inclusive, para pensarmos a articulação

teórico-empírica entre uma sociologia do cotidiano e uma geo-história de média e longa duração (MACHADO *et al.*, 2019a; MACHADO *et al.*, 2019b). Desse modo, os *sketches* urbanos revelam-se potente instrumento para fomentar percepções e *insights*, gerar dados e indícios, promover reflexões, percepções e análises e fundamentar dinâmicas educacionais.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos?: a contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

KUSCHNIR, Karina. Desenhando cidades. **Sociologia e Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 295-314, 2012.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Migração Estudantil Internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, p. 230-254, 2017.

MACHADO, Eduardo Gomes et al. Cidades, juventudes e conflitos urbanos: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, p. 139-172, 2019a.

MACHADO, Eduardo Gomes et al. Cartografar pequenas cidades no nordeste brasileiro, caminhos percorridos. **PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 3, p. 146-165, 2019b.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Pesquisa COVID-19: estudantes da UNILAB no Ceará**. v. 1, 2020a. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-COVID-192.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Pesquisa COVID-19: estudantes da UNILAB no Ceará**. v. 2, 2020b. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-COVID_19-Vol.2.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Pesquisa COVID-19: estudantes da UNILAB no Ceará**. v. 3, 2020c. Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-COVID-19-Vol-3_FINAL.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.18

Data de recebimento: 17/01/22

Data de aceite para publicação: 03/03/22



OS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU: questões preliminares

Vladimir Bucal¹
Eduardo Gomes Machado²

Resumo

O presente artigo visa identificar e analisar os desafios existentes na Guiné-Bissau em relação à construção de políticas culturais. Tem como enfoque o ano de 2015, período que corresponde à realização da III Conferência Nacional da Cultura (2015), que marcou o início de um processo cujo objetivo é a construção de uma política nacional de cultura. O artigo é de caráter bibliográfico e documental. Apresenta o conceito de política cultural na perspectiva de vários autores, aponta os desafios existentes e aborda os fatores explicativos no enfrentamento desses desafios para a construção de políticas culturais na Guiné-Bissau. O trabalho conclui que, apesar de serem evidentes as ações que visam promover o desenvolvimento do setor cultural guineense, ainda existem fatores que dificultam esse processo, como a persistência de instabilidade política e institucional e a descabida gestão econômica.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Políticas Culturais. Desafios. Instabilidade Institucional.

THE CHALLENGES OF BUILDING CULTURAL POLICIES IN GUINEA-BISSAU: PRELIMINARY ISSUES

Abstract

This article aims to identify and analyze the challenges in Guinea-Bissau regarding the construction of cultural policies. It focuses on the year 2015, a period that corresponds to the III National Conference on Culture, a conference that marked the beginning of a process that aims to build a national policy of culture. The article is bibliographic and documental in nature. It presents the concept of cultural policy from the perspective of various authors, points out existing challenges and then addresses explanatory factors in facing challenges to the construction of cultural policies in Guinea-Bissau. The work concludes that, despite being evident actions to promote the development of the Guinean cultural sector, there are still major factors that hinder this process, the persistence of political and institutional instability and misplaced economic management.

Keywords: Guinea-Bissau. Cultural Policies. Challenges. Institutional Instability.

Artigo recebido em: 18/09/2021 Aprovado em: 20/05/2022
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v26n1p360-374>

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: mirianabucal2017@gmail.com.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: eduardomachado@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país pertencente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), situado no oeste do continente africano, na confluência da costa Atlântica e da margem norte do estuário do Rio Gêba, o maior rio do país. O país estrutura-se em 8 regiões, possui 1.585.000 habitantes (estimativa de 2018) e sua capital concentra em torno de 1/3 dessa população (estimativa de 2015). Trata-se de um país que dispõe de uma herança cultural bastante rica e diversificada, com uma pluralidade de ritmos, instrumentos musicais, danças e manifestações culturais. O folclore guineense é bastante rico e conta com muita permuta entre etnias, “não só pela expressão corporal, como nos trajes ou sons e instrumentos que acompanham esta manifestação cultural, que está muito presente no quotidiano guineense” (BENZINHO; ROSA, 2015, p. 28).

O país agrega vinte grupos étnicos, com estruturas sociais e tradições culturais variadas, além de um contingente populacional significativo de guineenses que compõe a diáspora contemporânea, particularmente em Portugal, França, Brasil e Bélgica. Segundo Hall (2003), a diáspora é capaz de lançar luz sobre as complexidades. Além disso, as experiências de libertação do jugo colonial europeu e as diferentes relações e processos políticos e econômicos apontam intensas dinâmicas com outras regiões e países africanos, evidenciando certo pan-africanismo, reiteradamente presente, dialogando com o passado e com o futuro, agregando cosmologias, experiências e potencialidades significativas. Todos esses elementos indicam uma densa, complexa e intensa dinâmica cultural, envolvendo fluxos e interações variadas e em diferentes escalas.

A população da Guiné-Bissau é constituída majoritariamente por jovens, sendo que 54,1% (GUINÉ-BISSAU, 2011) são do grupo etário que vai de 15 a 29 anos de idade. Desde o começo dos anos 2000, observa-se a gênese e o desenvolvimento de dezenas de coletivos e grupos culturais juvenis nas cidades, um fenômeno que está fortemente relacionado à própria dinâmica cultural do país, associada à sua grande diversidade social e étnica, bem como às relações e fluxos da diáspora.

Nesse contexto, o presente artigo visa identificar e analisar os desafios existentes na Guiné-Bissau em relação à construção de políticas culturais. O trabalho enfoca o ano de 2015, período que corresponde à realização da III Conferência Nacional da Cultura (2015), que marcou o início de um processo cujo objetivo é a construção de uma política nacional de cultura. Esse momento evidenciou a implementação de um modelo de gestão que, reconhecendo a diversidade cultural guineense e tendo em consideração as diversas manifestações culturais e linguagens artísticas, buscou promover a construção de uma política cultural nacional marcada por meio de uma participação democrática

(SANTANA, 2015). A partir desse período, como Santana (2015, p. 4) indica, “um trabalho importante em torno da construção de políticas para a cultura foi iniciado, depois de um longo período em que esta área esteve ausente da agenda pública”.

Cabe situar esse momento em um contexto global, como indicado por Sucuma (2012), em que a instabilidade política e institucional verificada nas últimas décadas inibiu o país em sua capacidade de construir um Estado de direito democrático. E conforme revela a história (SEMEDO, 2011), o processo de construção de Estado guineense foi assinalado por conflitos entranhados/violentos de luta pelo poder, evidenciando várias facetas de confronto –seja no prisma social, étnico ou político –que cooperaram para inibir construções de consensos em torno da política governativa. Nesse sentido, é importante levar em consideração o reflexo do passado colonial como um dos possíveis fatores explicativos para entender o momento de instabilidade que o país vivenciou/vive, com “a gênese do(s) conflito(s) que hoje constitui o entrave à construção do Estado na Guiné-Bissau [sendo] [...] o resultado do seu processo de formação colonial” (SEMEDO, 2011, p. 20).

Em 1988 e em 1996 ocorreram duas importantes conferências nacionais de cultura na Guiné-Bissau. E, sobre a II Conferência Nacional da Cultura:

[...] é possível ler as suas resoluções no nº 2 da revista Tchintchor – Revista Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos (edição de outubro de 1997). As conclusões apresentadas pela conferência vão no sentido de uma necessidade de revitalizar a cultura guineense e, portanto, de se fazer uma reforma cultural. (SANTANA, 2015, p. 25)

A III Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2015, na província norte do país, na região de Cacheu, reuniu diferentes personalidades, membros do governo, autoridades regionais e locais, agentes da sociedade civil e artistas. E tinha como lema: “Cultura ao serviço da Nação”, revelando, como indica Estrella (2015), que as conferências são instrumentos essenciais de aproximação entre o poder público e a sociedade civil, estabelecendo contribuições para a formulação de políticas públicas em diferentes níveis de governo.

Vale ressaltar que essa conferência marcou o início de um processo que tem como objetivo a construção de uma política nacional de cultura. De modo mais concreto, cabe indicar que esta transformação representou a implementação de um modelo de gestão que tem como base o reconhecimento da diversidade cultural guineense, considerando as diversas manifestações culturais e linguagens artísticas e promovendo a construção de meios de participação democrática (SANTANA, 2015).

A partir dessas considerações iniciais, cabe indicar que nossa proposta metodológica consiste no levantamento de informações por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta última composta por documentos coletados na Secretaria do Estado da Cultura, tais como

relatórios, resoluções finais da III Conferência Nacional da Cultura e o Plano Estratégico da IX legislatura (GUINÉ-BISSAU, 2015). Além disso, cabe considerar que um dos autores é guineense e mobiliza, nesta análise, suas percepções, decorrentes das vivências, no país e na diáspora, e interlocuções variadas e densas com agentes sociais variados, o que também constitui informações e dados relevantes.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos o conceito de política cultural na perspectiva de vários autores, indicando como o compreendemos e como se torna relevante para este artigo. Na segunda seção, apontamos desafios existentes para a construção de políticas culturais na Guiné-Bissau. Por último, são abordados alguns fatores explicativos que consideramos contundentes no enfrentamento dos desafios para a construção de política cultural.

2 POLÍTICAS CULTURAIS EM QUESTÃO

Na percepção de Reis (2011), às políticas culturais carecem de um debate e de uma reflexão conceitual que permita uma fundamentação teórica e a aplicação de uma prática adequada, ainda que esse tema já figure em distintas áreas de investigação e estudo. A autora reitera que os estudos sobre as políticas culturais dispõem de uma visibilidade progressiva, já que várias entidades (pesquisadores, profissionais e instituições) têm interesse em atuar/trabalhar nessa área e com esse tema.

De acordo com Canclini (2005), a política cultural é um complexo/conjunto de intervenções à incumbência do Estado para com as instituições civis e grupos organizados, contendo o propósito de orientar o desenvolvimento simbólico e contentando, assim, as necessidades culturais da população. Na mesma linha, Barbalho (2011) afirma que a política cultural tem a ver com o conjunto das políticas públicas direcionadas para cultura e implementadas por um Governo. O autor aponta as políticas de cultura como políticas de disputas de poder em torno dos valores culturais ou simbólicos, nas quais confluem várias categorias e classes que formam a sociedade.

Por outro lado, Barbalho (2005) argumenta que a política cultural não requer um conhecimento próprio, já que pode e deve ser objeto de estudos e reflexões desde as áreas já existentes ou, inclusive, mediante uma visão multidisciplinar. Assim, a política cultural é frequentemente entendida como um programa de ações realizadas pelo Estado, sociedades civis, instituições privadas ou grupos comunitários com o ensejo de contentar as necessidades culturais da população e estimular o progresso de suas representações simbólicas. O propósito desses agentes envolve produção, distribuição e uso da cultura, como aponta Coelho (1997).

Isaura Botelho (2001), por sua vez, reitera a necessidade de as políticas culturais incorporarem as duas dimensões da cultura (antropológica e sociológica). A autora frisa que não é em todo momento que a dimensão antropológica da cultura é empreendida pelas políticas culturais. Então, com base nessa ideia, Lima (2016) comenta que os gestores culturais têm o desafio de levar em conta as duas dimensões, considerando a complexidade e pluralidade da produção cultural contemporânea.

Considerando essas questões, é importante frisar que a análise em torno das políticas culturais nos remete, impreterivelmente, às possibilidades de exame sobre o conceito de cultura. A partir disso, Botelho (2001, p.75) aponta que “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que a ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática”. Ao se referir à cultura dentro do aparato governamental, Botelho (2016, p. 23) afirma que uma política cultural necessita definir nitidamente seu universo de atuação, “sem chamar para si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores do governo”. Assim, em conformidade com Santana (2015), o progresso de qualquer política cultural é norteado por múltiplos valores e princípios constituídos em determinação da própria noção de cultura. Isso indica que o debate voltado ao estudo da cultura e, particularmente, às políticas culturais, requer o diálogo com variadas áreas de disciplinas e de políticas públicas.

Avançando, cabe perceber, com Rubim (2007b, p. 9-15), que é necessário contemplar dez dimensões analíticas, para consolidar uma concepção consistente, densa e complexa de políticas culturais:

I. Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural. Desnecessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem estar incorporadas às políticas culturais. Elucidar este aspecto é crucial para uma compreensão precisa do tema. II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política. Fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. III. Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas. IV. Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais. V. A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. VI. A elucidação dos públicos pretendidos é outro componente significativo a ser analisado nas políticas culturais. VII. A atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. deve ser sempre um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais. VIII. Os momentos acionados do sistema cultural aparecem como outros elementos fundantes para caracterizar as políticas culturais. Um sistema cultural necessita um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural. IX. Tomando em consideração o caráter transversal da cultura na contemporaneidade, uma das facetas constitutivas das políticas culturais hoje atende pelo nome de interfaces, pretendidas e acionadas. X. Por fim, obviamente todos estes itens analíticos elencados como imanentes às políticas culturais e ao seu estudo não se apresentam como coisas isoladas e estanques, mas sua combinação complexa e variada constitui-se elemento decisivo para a caracterização do tipo de política cultural formulado e implementado. Assim, as articulações realizadas entre estes variados componentes; a

compatibilidade e coerência presentes dão consistência ao grau de sistematicidade existente nas políticas culturais.

Faria (2003) destaca outros elementos essenciais às políticas públicas de cultura, ao se debruçar sobre o público, falando da primordialidade de formação do público protagonista e dos criadores e agentes culturais. Nesse sentido, a sociedade, o público, necessita se envolver no processo da constituição dos produtos, obras artísticas, tendo em conta que, a referida participação propicia uma farta compreensão da importância da cultura como elemento de mudança e desenvolvimento da criatividade dos indivíduos – o que envolve apropriação, manipulação, significação e recriação dos artefatos e das dinâmicas e dos processos culturais. Para Reis (2011), a participação e a presença dos atores e agentes culturais não são estáticas, mas sim dinâmicas, dependendo do contexto vivido em determinadas conjunturas e contextos. E essas diversidades/pluralidades de protagonistas influenciam as potencialidades de conceber, formular, executar, avaliar e gerir as políticas públicas de cultura.

Por esse motivo, Faria (2003) mostra a urgência da construção de uma área pública não estatal da cultura, assente na instauração de políticas culturais associadas ao debate público e de consultas culturais à comunidade. Lima (2016, p. 22) aponta que o Estado simboliza um sistema plural dentro de políticas culturais, rodeado por diversos atores/protagonistas, considerando-se “governos nacionais, supranacionais e infranacionais”; assim, os “agentes não estatais englobam a sociedade civil, as entidades associativas, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as empresas privadas e mesmo as redes culturais”.

Perante o lugar central que o Estado possui na sociedade contemporânea, Reis (2011, p. 13) fez questão de analisar o enfoque da sua atuação no setor cultural, trazendo, assim, oito pontos relevantes acerca de uma política cultural: “I) multiplicidade de atores e agentes envolvidos; II) caráter administrativo-burocrático; III) necessidades culturais; IV) intervenção cultural; V) caráter político; VII) caráter cultural; VIII) campo de atuação”. Vale salientar que a autora se debruçou nesses pontos a partir de uma perspectiva estatal. Dessarte, “a multiplicidade de atores e agentes envolvidos”, para Reis (2011, p. 13), refere-se a uma questão central, que corresponde à análise/reflexão no meio de muitos atores juvenis e agentes culturais.

Outro ponto frisado pela teórica é o caráter administrativo-burocrático de uma política cultural estatal que, segundo ela, remete ao campo da administração pública. Esse ponto, de acordo com Reis (2011), associa atividades ao funcionamento e à gerência do aparato governamental, destinando-se à efetivação/execução de objetivos públicos de diversas áreas, inclusive a cultura.

Através de instrumentos e recursos como normatizações, planejamentos, orçamentos, órgãos e funcionários que uma política cultural poderá ter ou não condições de ser efetiva. Pois não basta o simples desejo ou a vontade de se fazer política cultural, necessita-se de um aparato público que permita formular ações e colocá-las em prática. E todas as etapas

relacionadas a uma política cultural estatal (formulação, execução e avaliação) dependem das condições fornecidas pela administração pública em questão. (REIS, 2011, p. 14)

É importante frisar que, devido a um cenário de uma frequente escassez de recursos financeiros, na administração pública, o setor da cultura é apontado muitas vezes como desnecessário ou menos importante. Então, essa interpretação impossibilita a estruturação do setor. Tanto Calabre (2009), como outros teóricos, entendem que políticas são processuais, demoram tempo para apresentar resultados visíveis, que consigam ser estimados ou avaliados; embora, no cenário guineense, seja comum observar o desprimoroso hábito de desacreditar/desvalorizar intuitivamente as ações e os processos implementados pela gestão anterior e de procurar instituir uma coisa nova na nova administração. Calabre (2009) nos fala que essa realidade administrativa no âmbito da cultura é desvantajosa, pois os processos culturais são concebidos a longo prazo, cabendo considerar que os “estímulos à diversificação e à revitalização das práticas culturais não costumam gerar frutos rapidamente; são na verdade processos, e não ações de resultados imediatos” (CALABRE, 2009, p. 3). No entendimento da autora,

[...] O desafio que se apresenta é criar e manter canais de diálogo e formas de representação que permitam a construção de políticas de modo colaborativo. Um desses canais é a criação de conselhos de cultura, no mínimo paritários, com a participação ampliada dos diversos segmentos da sociedade civil. (CALABRE, 2009, p. 3).

Em vista disso, para Calabre (2009), a institucionalização da cultura na política pública do Estado, a capacitação de funcionários e a ininterrupta e ampla participação são questões que atuam em conjunto para possibilitar um objetivo maior.

Reis (2011) registra que a intervenção cultural e o campo de atuação são dois pontos de análise sobre a relação entre o Estado e as políticas culturais e podem ser tratados conjuntamente, ao fim e ao cabo, pois a intervenção só ocorre dentro de um campo de atuação. Dessarte, a autora, ao citar Aquileta, afirma que a intervenção estatal, no contexto cultural, é legítima por diversas razões:

1) a cultura deve ter a mesma consideração que qualquer outro âmbito da atividade humana, ou seja, a política cultural é tão importante quanto a social, a educativa, a econômica ou a de moradia; 2) uma administração cultural é indispensável para satisfazer as necessidades culturais da população (sendo um direito humano universalmente reconhecido, passa a ser uma obrigação do Estado); 3) a ação estatal se justifica não somente desde os cidadãos, mas pela própria relevância do setor (além da importância econômica, também se destaca como patrimônio coletivo, [...] 4) a atuação estatal é ainda mais necessária atualmente para limitar os excessos e corrigir as deficiências do setor. (AQUILETA 2000, p. 33-34, *apud* REIS, 2011, p. 15).

Cabe também indicar que, embora a intervenção estatal se justifique a partir de inúmeros aspectos, não se pode esperar que o Estado atue isoladamente ou consiga dar conta de todos os problemas e necessidades que envolvem o setor cultural (REIS, 2011). Considerando essa questão, o

autor analisa os dois últimos pontos (caráter político e caráter cultural), essenciais para as políticas de cultura, em sua concepção, afirmando que o que entrelaça os aspectos político e cultural são as particularidades culturais que devem ser consideradas em uma política.

Sintetizando, as políticas culturais que serão criadas precisam garantir a democracia, a participação popular e a cidadania, e reconhecer a diversidade e o pluralismo cultural como uma maneira de possibilitar o desenvolvimento. Nesse sentido, as políticas culturais podem tornar-se uma peça essencial para o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a consolidação da democracia (ESTRELLA, 2015).

3 IDENTIFICANDO DESAFIOS

É importante considerar, logo de início, que a nossa intenção aqui não é a de esmiuçar os desafios existentes em todos os setores na Guiné-Bissau, ao contrário, o foco concerne em, preliminarmente, identificar desafios que avaliamos fundamentais para a construção de políticas culturais. Sendo assim, uma boa parte dos desafios que se seguem foram coletados a partir da análise de documentos na Secretaria do Estado da Cultura de Guiné-Bissau – organismo governamental responsável pela tutela da cultura, com a competência de formular, propor, coordenar e executar a política do Governo em matéria cultural, funcionando sob a dependência direta do Primeiro-Ministro.

Inicialmente, cabe indicar, de modo geral, que a Guiné-Bissau enfrenta diversos desafios políticos relacionados à consolidação do Estado de direito democrático, considerando-se, com Sucuma (2012), que a instabilidade política e institucional verificada nas últimas décadas inibe o país de construir esse Estado de direito democrático. Para Gomes (2011, p. 2), o país tem “défice de “boa governação” do poder político, incapaz de modernizar a Administração Pública e de dar respostas aos principais problemas econômicos e sociais”, evidenciando o desafio de promover a boa governação e reformar, consolidar e desenvolver as instituições do Estado.

Semedo (2011), por sua vez, acredita que o processo de construção do Estado guineense, que foi assinalado por conflitos entranhados/violentos de luta pelo poder e que conta com episódio de várias facetas de confronto – seja no prisma social, étnico ou político – cooperou para inibir a construção de consensos em torno da política governativa. Dessa forma, evidencia-se o desafio de garantir o bem-estar social da sua população por meio de acesso aos serviços públicos (educação e saúde) de qualidade, promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico, redução da pobreza e valorização dos recursos humanos.

Para cumprir com o plasmado na Constituição (GUINÉ-BISSAU, 1996) e nas resoluções finais da III conferência Nacional da Cultura (III CONFERÊNCIA NACIONAL DA CULTURA, 2015), o

Estado guineense, por meio da Secretaria do Estado da Cultura, depara-se com alguns desafios centrais no que tange à cultura guineense e, sobretudo, à construção de políticas culturais no país. Há de se considerar o art. 17º da Constituição da República da Guiné-Bissau (1996), no qual o Estado reconhece que:

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana” “[...] Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar ativamente na sua criação e difusão” (GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 4).

De acordo com a resolução da III Conferência (2015), em concomitância com o Relatório da SEC (GUINÉ-BISSAU, 2015), percebe-se que o setor cultural guineense sofre com os desafios relacionados à criação de um quadro jurídico-legal de base para reger o funcionamento das instituições culturais, como recomendam as resoluções da III Conferência:

Dotar o setor cultural de uma legislação adequada: lei de bases do património cultural, lei sobre o Direito de Autor e Direitos Conexos que revoga o Código dos Direitos de Autor, lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais, regulamento de espectáculos; regulamento de protecção do património arqueológico, regulamento de aposição obrigatória de selos nos fonogramas, regulamento que estabelece regras de importação e aluguer de videocassetes gravadas, etc. Adotar uma legalização que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos, de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros a economia; Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais; Actualizar a Legislação depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação. Aplicar as leis que obrigam os órgãos de Comunicação Social na divulgação e promoção das obras de criadores intelectuais nacionais; Aplicar a Lei do mecenato em articulação com campanhas de sensibilização. (III CONFERÊNCIA NACIONAL DA CULTURA, 2015, p. 3-5)

Segundo Santana (2015), a criação desse quadro jurídico-legal permitirá um funcionamento mais eficaz, organizado e transparente nas instituições. Avançando, percebe-se um outro desafio: a criação do documento da política de desenvolvimento cultural, um documento que orienta o progresso de programas, projetos e ações culturais, que salvaguardem a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural presentes em Guiné-Bissau. Consoante a Santana (2015, p. 32), é inexistente a política cultural delineada no país, pois “existe uma orientação dada pela Secretaria de Estado de Juventude, Cultura e dos Desporto, e é com base no programa de governos”.

Além do desafio acima referido, destacam-se, também, outros desafios, tais como: criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural; preservar, valorizar e difundir o Património Cultural Nacional; promover a criação e difusão artística.

Cabe destacar, ainda, a formação e o reforço de competências de profissionais da área da cultura como um desafio que emerge para o setor cultural. Há de se considerar que se trata de uma conjuntura na qual o acesso à oferta educacional e formativa, pública e privada, na esfera cultural, é praticamente inexistente, razão pela qual:

[...] a formação e a capacitação de técnicos e animadores culturais, principalmente dos que exercem as suas funções nos organismos públicos, é extremamente importante para a concretização dos trabalhos previstos, mas também para enfrentar as exigências e desafios atuais e futuros do setor. (SANTANA, 2015, p. 31)

Por outro lado, a construção do palácio da cultura e da biblioteca nacional é um desafio existente para a entidade cultural guineense (SANTANA, 2015). Este último, já dispõe de terreno para sua construção.

4 FATORES EXPLICATIVOS DE DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA CULTURAL GUINEENSE

Com base na seção anterior, na qual foram apontados alguns desafios existentes no setor cultural, sobretudo na criação de políticas públicas voltadas para a cultura, nesta seção, serão abordados alguns fatores explicativos que consideramos contundentes no enfrentamento de desafios para a construção de política cultural.

Conforme relata Semedo (2011, p.5), na Guiné-Bissau não aconteceu uma profunda mudança em termos de liberdade como base dos preceitos dos direitos humanos, ou seja, “na Guiné-Bissau [...] a independência não se traduziu em existência de oportunidades ao desenvolvimento”. Não houve conciliação entre o projeto da independência e os requisitos da liberdade, conforme os princípios liberais dos direitos humanos (SEMEDO, 2011, p. 5). O autor argumenta:

[...] as contradições verificadas, principalmente, na implementação de políticas públicas deveram-se, por um lado, à carência de preparo técnico-administrativo, reflexo da herança colonial e, por outro lado, à ausência da liberdade imposta pelo regime e pela relação de poder estabelecida entre os atores em disputa desde os primeiros momentos da formação do movimento de libertação.

Na opinião de Augel (1996, p. 139 *apud* SEMEDO, 2011, p. 8):

[...] um dos propósitos da luta de libertação foi de garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso à educação, à saúde, à justiça e ao lazer, ou seja, de criar condições favorecedoras das necessidades básicas das populações, a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado.

Em linhas gerais, assim que o PAIGC assumiu o governo, em 2014, tendo o líder do partido, Domingos Simões Pereira, como Primeiro Ministro e Tomas Barbosa como Secretário do

Estado de Juventude, Cultura e dos Desportos, iniciam-se as ações voltadas ao setor cultural. Nos documentos analisados, marcos importantes podem ser notados no que concerne ao estabelecimento de ações que visavam articular políticas culturais no país, exemplo da realização da III Conferência Nacional de Cultura em 2015, as intenções de impulsionar o desenvolvimento do setor cultural eram evidentes. Porém, com as sucessivas demissões de governo durante a IX legislatura, pelo então Presidente da República José Mário Vaz, as intenções do executivo sobre o desenvolvimento do setor cultural passaram a ser ameaçadas. Nesse sentido, destacamos alguns fatores que consideramos contundentes e que, de algum modo, explicam os desafios enfrentados para a construção de políticas culturais na Guiné-Bissau.

Em primeiro lugar, pela própria ausência de políticas públicas voltadas para a cultura (SANTANA, 2015) e pela instabilidade e crise política recorrentes no país, tendo, como caso mais recente, a crise político-institucional que teve início em 2015 com a demissão do primeiro governo da IX legislatura. Rubim (2012), ao falar sobre políticas culturais no contexto brasileiro, considerou a instabilidade como uma das tristes tradições – e podemos indicar, não somente no Brasil, mas também em outros países afetados pela colonização/colonialidade, como Guiné-Bissau.

O segundo fator – a triste tradição frisada por Rubim – carrega, de imediato, uma faceta institucional. “Muitas das entidades culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas” (RUBIM, 2012, p. 36). Cabe situar essa tradição em um contexto global, indicado por Rubim (2012), como um cenário verificado nos últimos cinco anos na Guiné-Bissau, no qual se inibiu a Secretaria do Estado da Cultura do país de impulsionar o desenvolvimento do setor cultural, sobretudo na construção de políticas culturais.

Para observar melhor a situação da instabilidade institucional no país, em especial no setor cultural, destaca-se o exemplo do próprio histórico da entidade tutelar da cultura, na qual, desde 2015, até a presente data, a pasta foi ocupada por cinco titulares, conforme indica o quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação de Presidentes, Primeiros-ministros, período da gestão e secretários de cultura (2014-2020)

	Presidente	Primeiro-ministro	Secretário do Estado de Juventude, Cultura e dos Desportos/Secretário de Estado da cultura	Período da gestão	Marco da gestão
1	José Mario Vaz	Domingos Simões Pereira	Tomas Gomes Barbosa	2014-2015	III Conferência Nacional de Cultura

2		Carlos Correia	Francisco Conduto de Pina	2015-2016	
		Pasta de Cultura como Ministério			
3		Baciro Djá	Tomas Gomes Barbosa	Maio a Novembro 2016	
4		Umaro Sissoco Embalo	Tomas Gomes Barbosa	2016-2018	
		Retorno da pasta de Cultura para o <i>status</i> de Secretaria			
5		Aristides Gomes	Florentino Fernando Dias	2018-2019	
6		Aristides Gomes	António Quirino Bubacar Spencer Embaló	2019-2020	
7	Umaro Sissoco Embalo	Nuno Gomes Nabiam	Francelino Cunha	2020-	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A permanência média de um secretário por ano, como evidenciado no quadro acima, causa uma notável instabilidade institucional, para uma instituição como a secretaria de estado da cultura guineense, que ainda não está consolidada, mas em processo de implantação (GUINÉ-BISSAU, 2020). Sendo assim, esse cenário foi considerado por Calabre (2009) como um constante processo de descontinuidade administrativa, uma realidade vista na esfera cultural como desvantajosa, pois os processos culturais são concebidos a longo prazo: “Estímulos à diversificação e à revitalização das práticas culturais não costumam gerar frutos rapidamente; são na verdade processos, e não ações de resultados imediatos” (CALABRE, 2009, p. 3).

Outro fator que coopera com a lamentável instabilidade institucional, como se percebe nos documentos aos quais se teve acesso, refere-se ao corpo de funcionários dessa instituição cultural, que dispõe de 34 funcionários efetivos, situação que dificulta a execução de ações culturais, levando em consideração as dimensões de atividades culturais em torno do país (GUINÉ-BISSAU, 2015). Entretanto, a partir do contexto teórico-conceitual, segundo Rubim (2007a, p. 3), as políticas culturais envolvem alguns requisitos, como o caso de “intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas”. No que concerne à intervenção estatal, no contexto cultural, Aquileta (2000 *apud* REIS, 2011) afirma que atualmente há uma necessidade do estado de atuar na limitação dos excessos e corrigir as deficiências do setor.

Outro contundente fator explicativo diz respeito à crise financeira na Guiné-Bissau. De acordo com Nhanca (2013, p. 48), a Guiné-Bissau é um país africano que “carece de recursos próprios para financiar os principais programas de investimentos públicos”. Na mesma linha de raciocínio do autor, afirma-se que a Guiné-Bissau é um país que está no caminho de desenvolvimento, isso é, é um país que não tem economia consolidada, fato que o leva a não conseguir manter o seu orçamento

geral de Estado com os recursos internos. Nesse cenário, recorre-se ao apoio financeiro das organizações internacionais (CAETANO *et al.*, 2020).

Entretanto, cabe assinalar essas situações, apontadas pelos teóricos, como desfavoráveis em todas as esferas da sociedade guineense, especialmente na área da cultura. Aquileta (2000, p.33 *apud* REIS, 2011, p.15) afirma que “uma administração cultural é indispensável para satisfazer as necessidades culturais da população (sendo um direito humano universalmente reconhecido, passa a ser uma obrigação do Estado)”. Por sua vez, Calabre (2009) argumenta que, devido a um cenário de frequente escassez de recursos na administração pública, o setor da cultura é indicado muitas vezes como desnecessário ou menos importante. Então, essa interpretação obstaculiza a estruturação do setor.

5 CONCLUSÃO

Logo que o PAIGC assumiu o governo, em 2014, a Secretaria do Estado de Juventude, Cultura e dos Desportos iniciou as ações voltadas ao setor cultural. Nos documentos analisados, marcos importantes podem ser notados no que tange ao estabelecimento de ações que visavam articular políticas culturais no país, exemplo da realização da III Conferência Nacional de Cultura em 2015; como apontado, as intenções de impulsionar o desenvolvimento do setor cultural eram evidentes. Outros interesses são percebidos nos gestores culturais (secretários) que passaram, mesmo com pouco tempo de duração na gestão; como no caso do estímulo à qualificação dos agentes culturais/profissionais; da construção de equipamentos culturais, de infraestruturas, que viabilizem os trabalhos dos grupos e às manifestações artístico-culturais; também na intenção de promover debate público participativo para debruçar-se sobre o futuro do setor cultural.

Embora se considere uma intenção nítida, por parte dos gestores, de promover o desenvolvimento do setor cultural, sobretudo a intenção de criar políticas nacionais de cultura na Guiné-Bissau, ainda existem vários fatores que dificultam esse processo. Exemplos disso são as sucessivas demissões de governo durante a IX legislatura, pelo então Presidente da República José Mário Vaz, cenário que instaurou uma instabilidade política e institucional no país.

Não é difícil de compreender que a referida persistência de instabilidade política e institucional, que tem marcado a história da Guiné-Bissau, e a descabida gestão econômica, constitui um dos principais fatores que o setor cultural enfrenta em relação à construção de políticas culturais no país. Estes e outros fatores inibem as intenções voltadas ao progresso da cultura guineense. Há de se referir que a ausência e instabilidade política e institucional dificultam [a permanência de] políticas

culturais ativas, democráticas e sustentáveis e, além disso, impedem [a geração de] benefícios mais pertinentes para o setor cultural do país.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. *In*: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.

BARBALHO, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. **Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 23-35, 2011.

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia Turístico**: à descoberta da Guiné-Bissau. 2. ed. União Europeia, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17698226-Guia-turistico-a-descoberta-da-guine-bissau-joana-benzinho-marta-rosa.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições SESC, 2016.

CAETANO, Leodinde Pinto *et al.* A COVID-19 em Guiné-Bissau: conjuntura econômica, social e política do país e a garantia dos direitos sociais. **Revista Simbio-Logias**, v. 12, n. 16, p. 142-157, 2020.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. PROA, **Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 1, p. 293-302, 2009.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones em transición. *In*: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 69-81.

COELHO, José Francisco Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginação. São Paulo: Iluminuras, 1997.

ESTRELLA, Luiz Manoel Viola. **Políticas culturais brasileiras: tradições, acertos e desafios**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FARIA, Hamilton. **Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades**. *In*: BRANT, Leonardo. Políticas culturais. São Paulo: Manole, 2003. p. 51-71.

GOMES, Antonieta Rosa. O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2011. **Anais [...]**. Lisboa: CIEA, 2011. p. 1-18.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Constituinte, 1996. Disponível em: https://www.right2info.org/resources/publications/laws-1/laws_guinea-bissau_constitution. Acesso em: 16 ago. 2021.

GUINÉ-BISSAU. **Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza**: Relatório. Bissau: Ministério da Economia do Plano e Integração Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/Relat%C3%B3rio%20final%20LAP2-2010.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GUINÉ-BISSAU. **Plano estratégico e operacional 2015-2020 “Terra Ranka”**: documento II: relatório final. Bissau: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GUINÉ-BISSAU. **III Conferência Nacional da Cultura**: Cultura ao Serviço da Nação: Resoluções finais. 2015.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

LIMA, Rosemilda Mendes. **Políticas culturais, democratização e acesso à cultura**: o “Domingo no TCA”. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

NHANCA, Viriato João Lopes. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau**: perspectiva no contexto regional globalizado. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

REIS, Paula Félix. Estado e Políticas Culturais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/2011/11/06/artigos-doi-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O Público e o Privado**, v. 5, n. 9, p. 33-47, jan./jun. 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: passado e presente. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTANA, Sara Gomes. **Guiné-Bissau**: que políticas culturais? Dissertação (Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais**. Tensões mundiais, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

SUCUMA, Amaldo. Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos De História UFPE**, Recife, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2012.

Eduardo Gomes Machado¹
Nayrisson de Jesus Prado da Silva²
Jonathan de Souza Nogueira³
Anna Erika Rocha Faustino⁴

Artigo livre

ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SITUAÇÕES URBANAS COTIDIANAS EM PEQUENAS CIDADES INTERIORANAS: O CASO DE REDENÇÃO E ACARAPE

HIGHER EDUCATION STUDENTS AND EVERYDAY URBAN SITUATIONS IN SMALL INNER CITIES: THE CASE OF REDENÇÃO AND ACARAPE

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

² Universidade Federal do Ceará (UFC)

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

⁴ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

A implantação de grandes equipamentos públicos de educação superior em pequenas cidades interioranas afeta as estruturas, equipamentos, serviços, fluxos e dinâmicas urbanas, potencialmente modificando os padrões de produção social do espaço urbano, a questão urbana e as próprias cidades. Aos moradores originários agregam-se centenas e até milhares de novos moradores, particularmente discentes da educação superior, vivenciando episódios e situações urbanas cotidianas. Como os estudantes vivenciam a cidade? Quais os desafios que enfrentam e como lidam com eles? Este artigo discute esses elementos, apresentando questões teórico-empíricas e achados analíticos resultantes do trabalho até aqui efetuado. A pesquisa trabalha com dados secundários e primários, e envolve observação direta de caráter etnográfico, questionários, entrevistas e análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: cidade; espaço urbano; território; estudante; universidade.

ABSTRACT

The implantation of large public equipments of higher education in small interior cities affects structures, equipments, services, fluxes and urban dynamics, potentially modifying the social production of the urban space, urban planning and cities. To original residents added thousands of new residents, particularly students of higher education, experiencing urban episodics and situations everyday life. How do you experience everyday situations? How do these students deal with urban problems and difficulties? This article discusses these elements, presenting theoretical-empirical questions and analytical results derived from the work done here. It works with primary and secondary data, including direct observation of ethnographic character, interviews and document analysis.

KEY WORDS: City; urban space; territory; university student; university.

INTRODUÇÃO

Atravessamos o portão principal da Liberdade e já é final de tarde na Avenida da Abolição¹. Há muito movimento nas calçadas e estacionamentos, no quiosque em frente ao portão, na creche ao lado, na própria avenida. A Abolição é uma via larga, que possui, em boa parte de suas laterais e por vários quilômetros, dois grandes acostamentos, utilizados improvisadamente como calçadas e espaços para a prática de exercícios, principalmente caminhadas e corridas. Nos acostamentos, centenas de pessoas, de várias idades, moradores originários das duas cidades e migrantes temporários se agregam aos automóveis, ônibus, caminhões, motos e bicicletas, fazendo atividades de esporte e lazer, deslocando-se. No canteiro central, em frente à Liberdade, situa-se o Monumento da Negra Nua. Ônibus estacionam ao lado, estudantes sobem, sentam nas poltronas, conversam, brincam entre si, alguns assumem posturas reservadas, fones ao ouvido, digitam ao telefone, leem textos. Do outro lado da Avenida, na mesma área, em uma grande edificação integrada, situam-se um supermercado, lojas, bares e restaurantes. Ao lado, edificações multifamiliares verticais onde residem discentes da universidade, além de um grande espaço, nos moldes de uma quadra, onde ocorrem festas, algumas com centenas de pessoas. É o Complexo da Abolição, constituído após a implantação da instituição ((DIÁRIOS DE CAMPO, 2018-2019)².

Essa breve descrição evidencia aspectos da vida urbana de uma pequena cidade (BITOUN; MIRANDA, 2009) interiorana no estado do Ceará – Redenção –, no Nordeste do Brasil, onde foi implantada uma universidade federal pública, um equipamento de grande porte.

O artigo apresenta questões teórico-empíricas e resultados preliminares gerados em pesquisas que investigam como essa implantação, que atinge duas pequenas cidades praticamente conurbadas – Redenção e Acarape –, impacta a produção social do espaço urbano, tendo como foco as situações urbanas cotidianas vivenciadas pelos estudantes nas urbes (ENDLICH, 2009; 2011; FRESCA, 2010; LOPES; HENRIQUE, 2010; OLIVEIRA JÚNIOR, 2008; MAIA, 2010). Associados a uma inserção de longo curso, os processos investigativos mobilizam dados secundários e primários e integram observação participante de caráter etnográfico, e, em alguns casos, pesquisa-ação. Com essa abordagem metodológica, pretende-se aliar aos objetivos mais tradicionais de investigação acadêmica ações que possam apoiar/subsidiar mudanças nas disposições sociais, práticas e identidades dos agentes envolvidos, induzir e/ou fortalecer processos de coletivização das ações estudantis e impactar políticas urbanas e de assistência estudantil. Algumas perguntas evidenciam o escopo das investigações. Se e como discentes da UNILAB produzem socialmente o espaço urbano? Quais situações e desafios urbanos são experienciados cotidianamente pelos discentes? E como lidam com eles?

As cidades são compreendidas enquanto configurações orgânicas, totali-

¹ Um dos *campis* da UNILAB no Ceará se denomina Liberdade.

² Os Diários de Campo do Projeto envolvem registros entre 2018 e o início de 2020.

dades que apresentam estruturas e dinâmicas próprias, mesmo perpassadas por processos e forças que extrapolam suas fronteiras físico-geográficas, assim como por contradições e ambiguidades. Essas totalidades evidenciam contextos onde os agentes estão imersos e que os condicionam e interpelam e, ao mesmo tempo, requerem/possibilitam respostas sociais variadas. Nesse sentido, os discentes vivenciam um conjunto de experiências cotidianas partilhadas, e necessitam lidar com elas de modo reiterado e minimamente sequencial e cumulativo.

Como referências teórico-empíricas mobilizadas, cabe destacar o fazer a cidade, assim como as categorias experiência e cotidiano, compondo um diálogo entre tradições pragmatistas e aportes estruturais e relacionais. A partir desse arcabouço, destacam-se três vetores teórico-empíricos, interligados, considerando-se as duas cidades: (i) as tensões vinculadas ao fazer a cidade nos marcos de uma etnografia das margens e das centralidades e das tensões entre a política do cotidiano e a política institucional, evidenciando dinâmicas educacionais; (ii) a reconstituição de vínculos, pactuações e compromissos mútuos, disposições sociais e *frames*; (iii) as dinâmicas, as tensões e os conflitos socioespaciais.

A UNIVERSIDADE E AS CIDADES

Nos primeiros quinze anos do século XXI, o Brasil vivenciou uma expansão da educação superior: com várias universidades e institutos federais sendo implantados em regiões interioranas do país, buscando enfrentar baixas taxas de acesso à educação superior, sobretudo dos jovens entre 18 a 24 anos; matrículas majoritariamente concentradas nas instituições de educação superior (IES) privadas; concentração das IES públicas nas regiões litorâneas, sobretudo nas capitais; e assimetrias regionais na distribuição dos cursos e das vagas de graduação e de pós-graduação (DANTAS; CLEMENTINO, 2014). Essa expansão vem modificando o perfil dos estudantes, ao ampliar o acesso à vida universitária de segmentos estudantis provenientes das classes populares e com perfis étnico-raciais, socioeconômicos e de gênero distintos dos que historicamente ocuparam o espaço acadêmico. Considerando a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018, que coletou dados das 63 universidades federais do país (ANDIFES, 2018): houve um crescimento das discentes mulheres, com 54,6% sendo do sexo feminino; 52,1% são negros (pretos – inclusive quilombolas – e pardos) e indígenas (aldeados e não aldeados); 70,2% situavam-se na faixa de renda mensal familiar per capita até 1,5 salários mínimos; 64,7% estudaram em escolas públicas; 48,3% ingressaram nas universidades por cotas.

Criada em 20 de julho de 2010 e iniciando-se seu funcionamento em maio de 2011, a UNILAB (2019) tem “como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento”, “promover a extensão universitária” e “o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional”. Diferencia-se de outras universidades ao ter “como missão institu-

cional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP” (UNILAB, 2019). Desse modo, além de ser uma universidade interiorizada, busca fortalecer a cooperação internacional com os países da CPLP, particularmente os africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, trata-se de uma universidade alicerçada na atuação política do movimento negro, comprometida com suas agendas e pautas políticas, assumindo, no decorrer de sua implantação, firme compromisso com os direitos humanos, o enfrentamento às violências e violações de direitos e a geração de alternativas ao desenvolvimento. Com esse caráter, a UNILAB efetiva-se enquanto uma universidade mais plural e representativa, com maior participação de mulheres, negros, índios e pessoas originárias de famílias trabalhadoras/populares, muitas delas sendo as primeiras dessas famílias a ingressar no ensino superior.

Em 2019 a instituição detém 373 docentes e 334 técnico-administrativos, um orçamento anual de 130 milhões de reais, 20 mil m² de área construída, 25 cursos de graduação presencial, 5 mestrados e 5 especializações³. A Tabela 1 indica os contingentes de discentes – totais e vinculados ao Ceará e à Bahia –, por país de origem.

Tabela 1 – Contingentes de discentes totais vinculados aos núcleos universitários da UNILAB no Ceará e na Bahia, por país de origem

PAÍSES	TOTAL	CEARÁ	BAHIA
Brasil	4013	2679	1334
Guiné-Bissau	620	474	146
Angola	236	179	57
Cabo Verde	71	58	13
São Tomé e Príncipe	64	52	12
Moçambique	38	35	3
Timor Leste	16	16	0
Outros	1	1	0
TOTAL	5059	3494	1565

Fonte: Adaptado de UNILAB (2019).

Como é possível perceber, e sem agregar discentes de educação a distância e pós-graduação, trata-se de praticamente 3500 estudantes, sendo aproximadamente 23% destes originários de outros países. Os demais são, em sua maioria, oriundos de localidades rurais dos dois municípios e de outros municípios do estado, principalmente da Região do Maciço de Baturité e da Região Metropolitana de Fortaleza. A grande maioria dos discentes do Ceará reside em Redenção e em Acarape.

³ A UNILAB também conta com trabalhadores terceirizados, principalmente nas áreas de segurança, limpeza e alimentação.

A RECONSTITUIÇÃO DO URBANO E A FRAGILIZAÇÃO DA PARTILHA DO SENSÍVEL

Após sair de Fortaleza e atravessar o município de Maracanaú, onde se situa o principal distrito industrial do estado, a rodovia estadual CE-060 serpenteia por um grande vale, que se estende por dezenas de quilômetros, ladeada por serras e montes de variados tamanhos, passando pelas cidades de Pacatuba e Guaiuba. Pouco antes de adentrar a cidade de Acarape, em uma área marcada por edificações industriais, situa-se o *Campus* dos Palmares, da UNILAB, alocado inicialmente em dois grandes galpões de uma fábrica desativada, ao qual se agregaram dois prédios, recém-construídos. Na fronteira entre os dois municípios, e compondo uma paisagem vista à distância da estrada, se situa o *Campus* das Auroaras, com prédios construídos e em construção, inclusos dois edifícios residenciais inacabados, um grande restaurante universitário e quatro blocos integrados que abrigam laboratórios, auditórios, salas administrativas e de aula. Nesse pedaço, a rodovia estadual já se transformou na Avenida da Abolição. Um pouco à frente se situa o *Campus* da Liberdade, em um conjunto arquitetônico onde, inicialmente, funcionou um educandário vinculado a uma ordem religiosa, décadas atrás, e, tempos depois, a prefeitura. Manteve-se o conjunto arquitetônico e novos prédios foram construídos, com salas de aula, restaurante universitário, auditórios, biblioteca e uma academia⁴. Em frente a esse *campus*, situa-se uma fazenda de cana de açúcar, que se estende ao largo de toda área oeste da cidade, com plantações e uma fábrica de produção de cachaça, em atividade, evidenciando a presença de uma grande propriedade rural ao lado da área de urbanização mais intensa no município. Já estamos próximos à grande serra do Maciço, onde se situam cidades como Baturité, Guaramiranga, Pacoti, Mulungu. Essa serra, com boa parcela do território ocupado por mata atlântica, faz fronteira em suas porções sul, sudoeste e noroeste com as Regiões do Sertão de Jaguaribe, do Sertão Central e do Vale do Jaguaribe; nas porções norte, nordeste e leste, com a Região Metropolitana de Fortaleza; e, em uma pequena porção, com o litoral leste, como indica a Figura 1.

Redenção e Acarape, duas pequenas cidades interioranas, vizinhas e praticamente em processo de conurbação, sedes de municípios limítrofes à Região de Planejamento da Grande Fortaleza, como podemos ver no Mapa 1, e situadas a aproximadamente 60 km da capital do estado, vivenciam atrações/influências diversas da metrópole e compõem a Região do Maciço de Baturité, formada por treze municípios. Nessa região, cabe falar em certa hierarquia das cidades, com diferentes capacidades de atração e relações de força, e com conexões, interações e fluxos materiais e imateriais, inclusas pessoas, que perpassam o cotidiano das cidades (MACHADO et al, 2017).

⁴ A UNILAB também está situada na Bahia, na cidade de São Francisco do Conde, com o *campus* dos Malês.

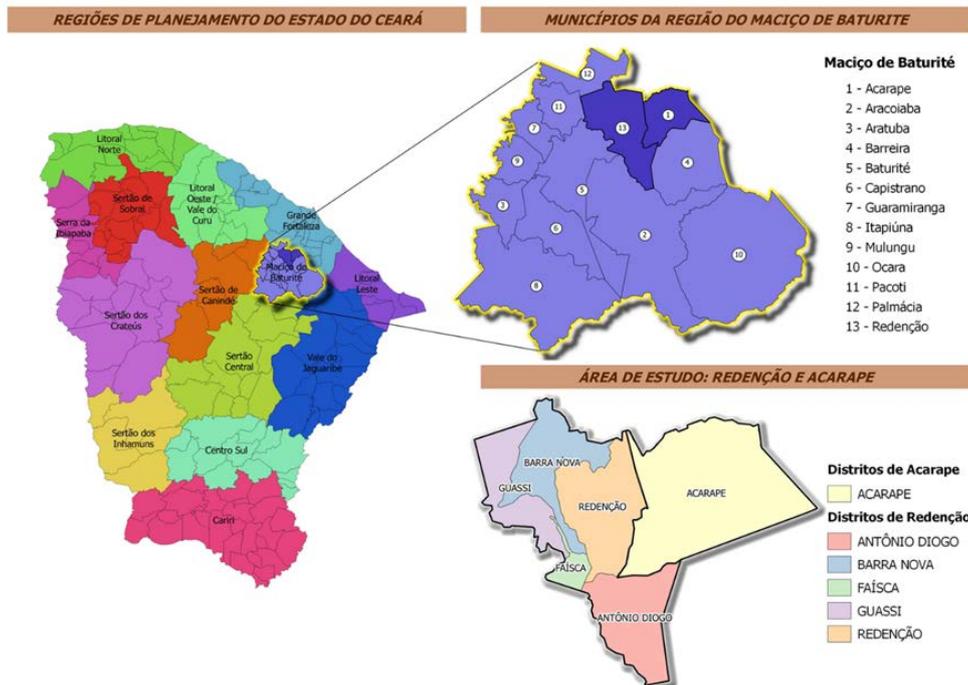


Figura 1 – Localização dos Municípios de Redenção e Acarape no Ceará e na Região do Maciço de Baturité
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Tabela 2 – Informações demográficas das regiões de planejamento do Estado do Ceará

Regiões de Planejamento	DEMOGRAFIA						ECONOMIA						
	População (2014)		Área territorial (km²)		Densidade demográfica (hab./km²)	Taxa de Urbanização % (2010)	PIB (R\$ mil) 2012		Setores do PIB 2012 (%)			PIB per capita (R\$) 2012	% de domicílios (1/2 S.M.) 2010
	Nº	%	Nº	%			Nº	%	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Carií	999.169	11,3	17.298,35	11,62	57,76	69,46	6.306.666,84	7,00	3,66	16,28	80,06	6.463,42	59,02
Centro Sul	387.141	4,38	11.581,50	7,78	33,43	58,56	2.144.698,53	2,38	5,96	12,70	81,34	5.646,51	60,25
Grande Fortaleza	3.949.974	44,67	7.434,91	5,00	531,27	94,43	60.578.264,48	67,21	0,68	24,82	74,50	15.824,66	42,15
Litoral Leste	200.126	2,26	4.631,20	3,11	43,21	54,65	1.847.169,98	2,05	14,51	35,78	49,71	9.484,92	61,26
Litoral Norte	390.483	4,42	9.363,50	6,29	41,70	54,18	2.187.540,27	2,43	9,4	23,78	66,82	5.757,46	71,24
Litoral Oeste/Vale do Curu	384.592	4,35	8.890,58	5,97	43,26	56,66	2.357.043,46	2,62	7,28	29,26	63,46	6.324,93	69,19
Maciço de Baturité	238.977	2,7	3.707,30	2,49	64,46	48,69	1.111.270,03	1,23	10,09	13,14	76,77	4.757,56	66,24
Serra da Ibiapaba	350.423	3,96	5.701,61	3,83	61,46	51,95	1.920.066,42	2,13	19,59	11,00	69,41	5.625,50	65,89
Sertão Central	387.164	4,38	16.014,27	10,76	24,18	56,10	2.079.007,07	2,31	7,84	17,46	74,70	5.495,24	63,16
Sertão de Canindé	202.808	2,29	9.202,34	6,18	22,04	55,82	931.944,88	1,03	10,59	10,07	79,34	4.705,34	68,11
Sertão de Sobral	482.399	5,46	8.533,50	5,73	56,53	70,58	3.722.713,15	4,13	4,61	24,08	71,30	7.934,10	60,26
Sertão de Crateús	348.844	3,94	20.591,20	13,84	16,94	58,11	1.689.837,10	1,87	9,46	12,76	77,78	4.913,92	65,24
Sertão dos Inhamuns	134.115	1,52	10.863,39	7,30	12,35	46,28	636.903,08	0,71	8,39	12,33	79,28	4.833,81	67,14
Vale do Jaguaribe	386.576	4,37	15.011,98	10,09	25,75	58,61	2.618.599,13	2,91	12,36	19,06	68,58	6.912,06	57,26
Mediana por Região do Estado	385.584	4	9.283	6	42	56	2.111.853	2	9	17	75	5.702	64
Média por Região do Estado	631.628	7	10.630	7	74	60	6.437.980	7	9	19	72	6.763	63

Fonte: Adaptada de IPECE (2016) e IBGE (1991; 2010; 2014).

Dados do IPECE (2016) e do IBGE (1991; 2010; 2014) nos informam que o Maciço de Baturité tem a terceira menor população dentre as regiões de planejamento do Estado, somando 2,70% dos residentes, abaixo somente do Sertão do Inhamuns e do Sertão de Canindé. O Maciço também tem a menor área territorial com 3.707,30 km², agregando somente 2,49% da dimensão do estado. Considerando seu pequeno território, a população é considerável para sua proporção, sendo a segunda região mais densa demograficamente no Estado, com 64,46 hab./km², atrás somente da Grande Fortaleza. Porém, ao mesmo tempo, o Maciço tem a segunda menor taxa de urbanização dentre as regiões, com 48,69%, atrás somente do Sertão dos Inhamuns, que tem 46,28%. Desse modo, a região detém densidade demográfica relativamente acentuada, comparada as demais regiões do estado; porém, com mais da metade desta população dispersa em áreas rurais de seus respectivos municípios, caracterizando-se como uma região pequena, densa e predominantemente rural.

Em 2010, antes da implantação da UNILAB, o município de Redenção possuía 26.415 pessoas residentes, 57,3% moradores de áreas urbanas, e Acarape com 15.338 residentes, em que 52% dos moradores são urbanos (IBGE, 2010). As duas cidades já vivenciavam graves deficiências e precariedades quanto a infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, o que dificultava, e ainda dificulta, o acesso digno a habitação, transporte, saneamento ambiental, lazer, esporte e segurança para as populações já residentes e para os novos moradores. A cada semestre, aumenta o contingente de discentes, inclusive indígenas e quilombolas, que ingressam na universidade, assim como os oriundos da Região Metropolitana de Fortaleza, particularmente de Fortaleza, Maracanaú e Pacatuba. Desse modo, torna-se notório como a universidade instituiu uma diversidade social, vivenciada no cotidiano urbano, antes inexistente, evidenciando a complexidade das clivagens e interseccionalidades identitárias – inclusas geração, nacionalidade, raça, classe, religião, gênero, dentre outros marcadores sociais – que perpassam as cidades, considerando moradores antigos e migrantes temporários⁵.

Considerando essas questões, entende-se que a implantação da UNILAB recriou o urbano, os padrões de produção social do espaço urbano e a própria questão urbana nas cidades, tanto nos aspectos intraurbanos quanto na inserção em redes urbanas, impondo desafios políticos e técnicos ao planejamento, gestão e política urbana (VILLAÇA, 1998; MACHADO et al, 2017). Desse modo, os impactos urbanos ocorrem em vários sentidos, em curto, médio e longo prazo, e em variadas escalas físico-geográficas e sociais, evidenciando contradições e ambiguidades. Por exemplo, ampliando os recursos econômicos e os fluxos de renda, constituindo demandas urbanas variadas, dinamizando o mercado imobiliário, ampliando mercados consumidores diversos, dentre outros (RIBEIRO, 2012; BAUMGARTNER, 2015). Tornam-se mais complexas as questões associadas a infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, mas também a convivência cotidiana, situações e interações urbanas vivenciadas por diferentes agentes sociais (MACHADO et al, 2017).

Cabe falar em uma reestruturação urbana e das cidades, impactando as demandas, em suas dimensões materiais e imateriais, e induzindo mudanças nas funções e papéis desempenhados pelas cidades, nas relações, dinâmicas e fluxos, assim como nas percepções, imaginários e cotidianos urbanos (RIBEIRO, 2012). Modifica-se o caráter de Redenção e de Acarape enquanto localidades centrais, redefinindo-se suas áreas de influência e as pessoas por elas atendidas (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002). Altera-se a posição das duas cidades na hierarquia das redes urbanas, inclusive porque agregam uma função urbana anteriormente inexistente, especializada e restrita, a oferta da educação superior em larga escala, através de uma instituição federal pública, modificando-se seu alcance espacial máximo (IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002). Redefinem-se relações e fluxos com outros municípios e cidades da Região do Maciço de Baturité e da Região Metropolitana de Fortaleza, e com várias regiões e cidades dos demais países parceiros – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁵ A própria composição dos docentes da instituição envolve pessoas originárias de várias partes do país e do mundo.

Mas, mais do que isso, cabe falar em uma agudização do caráter urbano das duas cidades, nos sentidos indicados por Wirth (1967, p. 102), que destaca como a cidade tende a agregar um conjunto de diferentes partes, com funções especializadas, compondo um “mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro”. Isso contraria um olhar mais superficial e geral sobre as pequenas cidades interioranas, que as vê como absolutamente homogêneas, sem grandes diferenças em seus territórios intraurbanos. Na verdade, não é isso que se percebe em Redenção e Acarape, considerando-se a existência de centralidades e periferias, de segregação socioespacial de larga escala, de desigualdades socioespaciais que perpassam áreas, *a priori*, percebidas como absolutamente homogêneas, com distinções significativas quanto às funções urbanas vivenciadas por diferentes trechos urbanos. Inclusive considerando-se as práticas e as interações urbanas diurnas e noturnas, assim como o agravamento paulatino de tensões e conflitos mais propriamente urbanos, envolvendo disputas pela ocupação, produção e uso de diferentes pedaços das urbes.

Essa agudização do caráter urbano também se relaciona à intensificação e variedade das experiências urbanas vivenciadas, principalmente ao se articular à vida acadêmica e ao percebermos que o urbano que perpassa Redenção e Acarape transcende as cidades, articulando-se às redes urbanas do Maciço e da metrópole de Fortaleza, bem como aos demais países de origem (SIMMEL, 1967). Essa intensificação da vida urbana sobrecarrega os indivíduos e as coletividades com estímulos corporais, culturais, psíquicos, emocionais, estéticos, políticos, dentre outros, gerando não somente sua incorporação, mas, sob tensão, também a necessidade de lidar com elas de modo a constituir situações de equilíbrio (SIMMEL, 1967). Isso ocorre, paradoxalmente, em pequenas cidades, que não são metrópoles, portanto, e onde mesmo assim experienciam-se um urbano estendido e intensificado que agudiza os estímulos na vida cotidiana e tensiona os modos de vida e as personalidades urbanas de cariz mais tradicional/interiorano/rural. Simmel (1967, p. 16) afirma:

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável.

Constituem-se, por conseguinte, contextos e situações urbanas marcadas por tensões, paradoxos e ambiguidades bastante intensas entre o urbano e o rural – ainda mais se consideramos que grande parcela dos descendentes brasileiros e africanos é originária de áreas rurais –, e entre o urbano em uma pequena cidade interiorana e o urbano de grande intensidade, impactando os modos de vida e as identidades sociais. Como Wirth (1967) permite intuir, a agudização do caráter urbano articula-se à ampliação da convivência cotidiana de um conjunto muito heterogêneo de agentes sociais associados à sua acrescida mobilidade. No contexto do “contato físico estreito de numerosos indivíduos”, os “estímulos recebidos [...] [sujeitam os agentes a um] *status* flutuante no seio de grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade” (WIRTH, 1967, p. 101-103).

Avalia-se que estamos diante de um alargamento e de uma intensificação do urbano em Redenção e Acarape. O alargamento associa-se, por exemplo, à ampliação dos contatos, redes, grupos e interações virtuais, que passam a compor o urbano de forma ampliada, assim como à inscrição nas cidades de circuitos, redes e fluxos transescalares, trazendo para as cidades múltiplas articulações entre o nano, o micro, o meso, o regional, o estadual, o nacional e o internacional, dentre outras escalas. É possível perceber a centralidade da Universidade nesse urbano intensificado e alargado. Alargamento e intensificação que geram tendências paradoxais de afirmação de pontos de equilíbrio/consenso e de agravamento de incertezas, inseguranças, tensões e conflitos urbanos, em variadas ordens e escalas, inclusive associados às relações entre tradições e inovações, permanência e mudança. Paradoxalmente, vivencia-se a busca de reafirmação/retorno de/às situações tradicionais e a reconstituição/ativação de outros vínculos sociais, com a emergência de novos agentes urbanos pautando os comuns que compõem o imaginário e a dinâmica cidadina.

Nesse sentido, é possível falar em um esgarçamento da partilha do sensível social e historicamente consolidada nas duas cidades, com essa partilha do sensível sendo entendida nos termos indicados por Rancière (2009, p. 15), enquanto:

[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

Desse modo, a partilha do sensível – agregando dimensões estéticas e políticas – evidencia “quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”, distinguindo, dentre os diferentes agentes sociais, os que são ou não visíveis “num espaço comum, dotado de uma palavra comum” (RANCIÈRE, 2009, p. 15). Assim, a partilha do sensível evidencia “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”, remetendo ao “que se vê” e ao “que se pode dizer sobre o que é visto”, e, também, “quem tem competência para ver e qualidade para dizer” (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

Nesse contexto, cabe questionar as tendências e potencialidades de reafirmação da partilha tradicional e de constituição de uma nova partilha. Inclusive, considerando que a partilha tradicional remete a hierarquias muito associadas aos recortes de classe social, de gênero e de raça, agregando distinções que as elites cidadinas – políticas, religiosas e proprietárias – insistem em reproduzir, inclusas diferenças entre os rurais e os urbanos, os da cidade e da serra, os da cidade e os de fora, os das centralidades e das periferias intraurbanas, todas vinculadas, mesmo que de modo implícito, à propriedade privada de terra (urbana e rural) e do capital, às redes políticas familiares e aos vínculos religiosos.

DISCENTES, VULNERABILIDADES SOCIOESPACIAIS E PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

O tecido urbano das cidades articula territórios intraurbanos distintos e interdependentes, que, em algum grau, se interpelam e se articulam entre si, marcados por hierarquias e conformando, através de suas morfologias, estruturas, dinâmicas e funções urbanas, um complexo de condicionamentos – materiais e imateriais – que diferencia as possibilidades de acesso e usufruto dos agentes urbanos ao que as urbes oferecem ou podem oferecer. Assim, essas pequenas cidades interioranas vão se refazendo marcadas por desigualdades e segregações socioespaciais e espoliações urbanas de várias ordens e escalas, envolvendo, por exemplo, o acesso diferenciado a equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos.

Redenção estrutura-se, como indica a Figura 2, em: (i) duas centralidades, Centro Principal e Praça do Obelisco; (ii) dois bairros agregados, Centro Comunitário e Conjunto Habitacional; (iii) duas grandes periferias: ao sul, Boa Fé/PROURB e Alto da Boa Vista; ao norte, Alto do Cassiano; (iv) vazios urbanos, uma área de transição e duas áreas periurbanas, cabendo destacar a Franja Periurbana e a Fazenda. Como é possível observar, as centralidades concentram equipamentos urbanos privados e públicos. Em Acarape, como indica a Figura 2, a estrutura urbana apresenta: (i) uma ampla porção de vazios urbanos, um bairro de transição e uma área de expansão; (ii) um eixo central, que se apresenta mais como um vetor de estabilização e atração comercial do que como um centro econômico, político e simbólico bem delimitado material e imaterialmente; (iii) duas periferias, São Benedito/Estrada Velha e São Francisco/Marrecos. A maior parcela dos equipamentos urbanos situa-se ao longo da Rua José Guilherme Costa, rua interna principal da cidade, e da Rodovia CE-060, que juntas delimitam o eixo central.



Figura 2 – Territórios intraurbanos de Redenção e de Acarape
Fonte: IBGE (2010); Elaborada por Regina Balbino da Silva.

Nos últimos anos, intensifica-se a mercantilização da terra urbana, e há violências e violações de direitos vinculados a assaltos e furtos e a situações de preconceito e discriminação racial, xenófoba e de gênero. Os estudantes geralmente residem em repúblicas, que agregam entre 02 e 06 estudantes, em sua maioria, em casas ou em pequenos apartamentos (quitinetes). A insegurança urbana faz parte, infelizmente, do cotidiano urbano vivenciado, como indicam relatos e narrativas efetuadas por estudantes brasileiros e estrangeiros, assim como notícias publicadas pela própria Unilab. E como é possível perceber os estudantes mais fragilizados nesse contexto são, geralmente, mulheres e estrangeiros.

Em dezembro de 2017, no Complexo Abolição, conjunto de edificações que agrega quitinetes, supermercado, bares, lanchonetes e restaurantes, ocorreu invasão de alguns apartamentos, com roubo de pertences. Nesse contexto, uma estudante, desesperada com a presença dos assaltantes buscou fugir, pulando do segundo andar do edifício, sofrendo fraturas nos calcanhares e necessitando de cirurgia para estabilização da coluna (<https://unilab.edu.br/2017/12/18/divulgada-nota-sobre-caso-de-estudante-que-sofreu-acidente-ao-fugir-de-assalto/>). Esse caso afligiu bastante a comunidade acadêmica, gerando muitas discussões, reclamações e demandas, particularmente porque não se tratava de um caso isolado, pois vários relatos e narrativas davam conta de invasões e assaltos a residências, em alguns casos com os estudantes presentes na residência no momento do ato.

Entre 2018 e 2019 há vários relatos e narrativas sobre assaltos a residências, mas evidencia-se uma nova situação vivenciada pelos discentes. Três estudantes, originárias de outros países, relataram que foram coagidas por uma pessoa estranha a pagarem o aluguel, no portão de casa. Estranhando o fato, pois não se tratava da pessoa que, a priori, seria proprietária do imóvel, não o fizeram. Relataram também que na semana seguinte essa mesma pessoa invadiu a residência e começou busca nos cômodos, sem perceber que uma das estudantes estava presente no imóvel. Com barulho na vizinhança, referida pessoa foi embora. Outro caso similar indica que pode estar ocorrendo nas duas cidades o fenômeno de apropriação dos imóveis para fins de aluguel, com a coação dos proprietários reais por parte de agentes vinculados à criminalidade e à delinquência. Referidos agentes passam então a cobrar e a receber o aluguel dos discentes, com estes variadas vezes perdendo o contato com os proprietários efetivos do imóvel.

Também cabe destacar situações de violência relacionadas ao gênero e à sexualidade, atingindo particularmente as mulheres. Nesse sentido, no decorrer dos anos há casos e denúncias de importunação sexual, assédio sexual e estupro, envolvendo os espaços públicos urbanos como calçadas, praças e ruas, por exemplo; espaços coletivos de uso comum, como clubes e a própria Universidade; e veículos, como os ônibus que fazem os trajetos entre os campi universitários. Muitos relatos indicam que determinados lugares são mais sensíveis à essas violências e violações de direitos. Através de oficinas de cartografia social realizadas pelo Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas foi possível mapear, por exemplo,

quadras, ruas e trechos de ruas onde as mulheres são insistentemente assediadas ao caminharem pela cidade, sendo agredidas através de frases, gritos e assovios, por exemplo, e às vezes com proximidade física que intimida e ameaça. A situação é ainda mais grave se percebemos que se tratam de cidades com manchas urbanas reduzidas e ausência de transporte público, o que faz com que grande parcela dos deslocamentos urbanos realizados pelos estudantes ocorra através de caminhadas. Também há denúncias de casos de estupro envolvendo discentes da Unilab e houve uma tentativa de feminicídio no interior da Universidade, em outubro de 2017, com uma estudante sendo atingida por três tiros disparados também por um estudante da Unilab. A estudante já tinha uma medida protetiva contra o estudante que efetuou os disparos, com base na Lei Maria da Penha (<https://g1.globo.com/ceara/noticia/estudante-atingida-por-tres-tiros-em-universidade-do-ceara-deixa-uti-e-segue-em-recuperacao-no-ijf.ghtml>). Esse caso, particularmente, gerou pânico no momento em que ocorreu, momento de aulas com a presença campus de centenas de pessoas no campus, dentre docentes, discentes e demais servidores. E gerou comoção posteriormente, fragilizando e abalando emocionalmente as pessoas, particularmente discentes. Que realizaram, inclusive, um ato público na Praça do Obelisco, com múltiplas linguagens artísticas, incluso sarau de poesia, revelando uma dinâmica onde se buscava o fortalecimento mútuo.

O URBANO ALARGADO E INTENSIFICADO

Como é possível perceber, milhares de estudantes, enfrentam múltiplos desafios – socioeconômicos, culturais, urbanísticos, étnico-raciais, nacionais, classistas, geracionais e de gênero – para inserir-se nas cidades de modo digno, acessando e usufruindo direitos estudantis e urbanos. Vivenciam vulnerabilidades socioespaciais variadas, e, ao mesmo tempo, revelam-se enquanto agentes que buscam, a cada momento e de modo minimamente cumulativo e sequencial, constituir modos de fazer a cidade (AGIER, 2015) que gerem segurança, acolhimento, cuidado, estabilidade, acesso à habitação, equipamentos, serviços e infraestruturas (LEFEBVRE, 2011).

Parcela relevante desses estudantes são socioespacialmente subalternizados, residindo em periferias urbanas precárias, perpassadas por estigmas territoriais e sem acompanhamento do poder público, cabendo considerar que, ao mesmo tempo, efetuam deslocamentos que lhes permitem vivenciar centralidades citadinas, inclusive em outras cidades. Nos marcos de uma etnografia das margens e das centralidades, agentes em movimento e atuação, principalmente os que têm como territórios originários as periferias urbanas e, ao mesmo tempo, intervêm em processos na escala da cidade como um todo, vivenciam experientialmente as tensões constitutivas entre a cidade e a não cidade, por vezes de modo dramático, tensionados por vulnerabilidades extremas, violações reitera-

das de direitos e violências de várias ordens. Dito de outra forma, esses agentes vivenciam, em suas práticas cotidianas, as periferias, que são seus territórios originários, e, paradoxalmente, as centralidades citadinas – em suas dimensões urbanísticas, políticas, culturais, simbólicas, econômicas, orçamentárias, etc. –, absolutamente distintas entre si – por suas morfologias, dinâmicas, orçamentos, políticas, hierarquias, dentre outros –, embora interligadas estrutural e funcionalmente. Essa tensão constitutiva enriquece as potencialidades de apreensão/intervenção da/na cidade “a partir do vazio deixado por sua não existência, a partir de seu limite, de sua negação, de seu exterior e de sua margem” (AGIER, 2015, p. 486). Não é à toa que Agier (2015, p. 487) afirma que essa tensão entre margens e centralidades permitiria:

[...] apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade.

Os lugares ocupados, as interações e as experiências vivenciadas podem potencializar condições para que os estudantes atuem como agentes urbanos, intervindo na estruturação urbana, a partir de duas perspectivas citadinas que se tensionam/enriquecem mutuamente. De um lado, uma política do cotidiano, com situações e práticas urbanas cotidianas revelando múltiplas formas de expressão e vivência em processos de ocupação, apropriação, uso, acesso, construção, regulação, posse e propriedade de diferentes pedaços da terra urbana, em diferentes escalas físico-geográficas. De outro lado, as cidades dos dados quantitativos, das formas e normas definidas ou a definir, da mercantilização da terra urbana, das regulações policiais e das (ausências das) políticas e gestões públicas, planos, programas e intervenções estatais/governamentais.

Considerando essas questões, os estudantes vivenciam o urbano enquanto conjunto de experiências localizadas, de descobertas e conhecimentos, encontrando “uma fonte inesgotável de problemáticas híbridas e complexas”, com dinâmicas de socialização e aprendizagem enriquecendo-se “incessantemente das tensões, incertezas e inovações sociais contemporâneas” buscando pontos de equilíbrio “entre ‘o sentido do lugar e a liberdade do não lugar” (AGIER, 2011, p. 35-36). Essas experiências urbanas remetem não somente ao “que se perde nos espaços da ‘não cidade””, mas também ao “que nasce ali mesmo, como expressão de uma dialética mais geral do vazio e do pleno, do fraco e do forte” (AGIER, 2015, p. 485).

Também cabe considerar que a periferização de territórios intraurbanos envolve, em certo sentido, o que Santos (2002, p. 246) caracteriza como produção da não existência de populações inteiras, entendendo que há “produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”. Dessa forma, constitui-se uma “naturalização das diferenças e das hierarquias hegemônicas”, reproduzindo classificações que ocultam e invisibilizam experiências, valores materiais e ima-

teriais e práticas significativas/inovadoras vivenciadas/instituídas por agentes em territórios periféricos urbanos (SANTOS, 2002, p. 247). Desqualificam-se os agentes urbanos periféricos em suas potencialidades de reestruturação e ordenamento dos próprios territórios, em suas capacidades de produzirem os espaços urbanos vivenciados. Índícios apontam que os estudantes – particularmente os que residem nas periferias urbanas – são reiteradamente tensionados pela necessidade de romper essas ausências e constituir modos de inteligibilidade mútua entre si e com outros agentes urbanos.

Considerando-se essas referências teóricas, a cidade revela-se como espaço social de disputa, interação e aprendizagem, com diferentes pedaços urbanos evidenciando ambientes e situações marcados por vivências significativas. Ganha relevância a reflexão de Thompson quanto às experiências, que envolvem não somente as vivências cotidianas, mas modos comuns de pensar, sentir e lidar com essas vivências partilhadas. A experiência torna-se categoria essencial, mas não qualquer experiência, e sim a que detém caráter vivencial, ou seja, a que insere o agir cotidiano em contextos existenciais e horizontes interpretativos, eles próprios em constante devir, reiteradamente reconstituídos e partilhados. Cefai (2009: 26-27) afirma:

[...] [que] Dewey [...] faz referência a essa dimensão experiencial, indissociavelmente afetiva, cognitiva e normativa, ancorada no presente, mas abrindo para horizontes de passado e presente, em que convicções “pessoais” vão se formar, se reforçar e se exprimir em um processo de “coletivização” e de “publicização” de um caso, de um problema ou de uma causa.

Considerando que as experiências envolvem dinâmicas interpretativas e relacionais, continuam significativas as reflexões de Blumer (1980, p. 119), quando afirma que “os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece”. Mais do que isso, os significados são “provenientes da/ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas”, “manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato” (BLUMER, 1980, p. 119)⁶.

Cefai (2009, p. 26-27) afirma que a “experiência coletiva e pública” ao revelar “uma mobilização não totalmente rotineira”, “abala o consenso presumido da experiência do senso comum e põe à prova a atitude natural dos indivíduos que a compõem”. Apesar de Cefai (2009, p. 26-27) estar se referindo especificamente a contextos de mobilização e luta social, é possível deslocar sua reflexão para as vivências cotidianas reiteradas dos estudantes nas cidades. Ainda mais quando são perpassadas por tensões e conflitos que adquirem caráter público, delineando posições e posturas divergentes e mobilizando variados agentes.

⁶ Apesar dos *insights* de Blumer (1980) serem significativos, eles não envolvem a referência a condicionamentos estruturais que extrapolem as situações de interação face a face.

SOCIOLOGIA DO COTIDIANO E ETNOGRAFIA

Entende-se que a observação direta do cotidiano urbano vivenciado é um elemento essencial à pesquisa. E não somente a observação da cidade em seus aspectos materiais, mas, também, a observação que permita efetuar um “mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender” (URIARTE, 2012, p. 5).

Mas, como se compreende o cotidiano? Na perspectiva mobilizada, envolve “o cruzamento de múltiplas dialéticas entre o ‘rotineiro’ e o ‘acontecimento’”, agregando, ao mesmo tempo, o banal/insignificante e o histórico/original/significativo (PAIS, 2015, p. 76). Essa perspectiva busca transcender o “sentido vulgar” do cotidiano, referido como “àquilo que sucede habitualmente e, nesse sentido, têm o significado de banalidade, monotonia” (PAIS, 2015, p. 77). Dessa forma, a vida cotidiana agrega, mas não se reduz “ao que repetitivamente se passa, dia a dia, de forma rotineira e passiva”, reduzida à “banalidade da vida”, aos seus “aspectos triviais, monótonos e repetitivos” (PAIS, 2015, p. 79). Desse modo, o cotidiano também é entendido enquanto “um lugar de inovação”, de recusa, reorganização e transformação, cabendo revelar “a riqueza oculta” sob “a aparente pobreza e trivialidade da rotina” (PAIS, 2015, p. 80).

Tendo como fio condutor a observação direta com viés etnográfico, evidencia-se como a “reflexão está enraizada numa coleta de dados in vivo, na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e com o seu território”, cabendo falar, portanto, em uma “análise situacional”, que envolve “uma descrição minuciosa de situações de co-presença” (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 5). Se articulam, então, uma sociologia do cotidiano a uma abordagem etnográfica, mas não qualquer etnografia, e sim a que requer como seu elemento essencial a observação direta e/ou participante, pois através dela:

O pesquisador se implica de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, porque e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em etnografia sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição in situ da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias. (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 3-4)

Desse modo, a etnografia envolve “uma forma de aproximação própria” que “produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outras técnicas”, supondo “outro tipo de investimento, um trabalho paciente e continuado ao cabo do qual e em algum momento [...] os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado” (MAGNANI, 2009a, p.

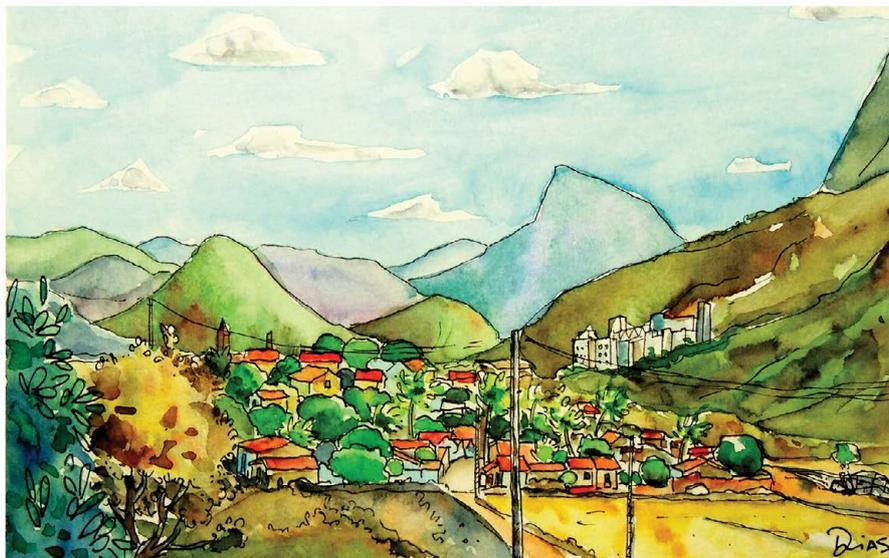
73). A presença continuada, intensa e de longo curso nos universos vivenciais dos estudantes envolve o acompanhamento de um conjunto muito complexo de situações, processos e interações sociais. Nessa perspectiva,

O insight na pesquisa etnográfica, quando ocorre – em virtude de algum acontecimento, trivial ou não – só se produz porque precedido e preparado por uma presença continuada em campo e uma atitude de atenção viva. Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento [...]. (MAGNANI, 2009a, p. 74)

A partir dessas referências, um fio condutor essencial às investigações é como articular esse foco denso nas situações cotidianas de interação face a face aos condicionantes estruturais, morfológicos, formais e funcionais que perpassam a cidade, o que envolve lidar com “diferentes escalas de observação e análise” (CORDEIRO, 2003, p. 13). Uma primeira unidade analítica é a da cidade, inserida em uma rede urbana, e demarcada por morfologia, divisões funcionais, estrutura e dinâmica urbana própria – mesmo que sob tensão e evidenciando contradições e movimentos/processos hegemônicos/emergentes/subalternos. Nesse sentido, a cidade é entendida como a totalidade mais ampla onde convivem cotidianamente – e de modo minimamente reiterado, sequencial e cumulativo – os agentes que ali residem ou circulam.

Porém, aos poucos se percebe que estamos diante de uma realidade urbana mais complexa. Inicialmente porque se tratam de duas pequenas cidades onde as manchas urbanas praticamente interpenetram-se. Porém, mais do que isso, porque estamos diante de um urbano bastante complexo se consideramos que se tratam de duas cidades onde se implanta uma universidade federal interiorizada e internacionalizada, com milhares de estudantes de sete países, situada nas fronteiras da região metropolitana da quinta maior cidade brasileira. Se pensarmos nos sete países, estamos diante de dezenas de povos e grupos étnicos, com uma diversidade correspondente, que passa a conviver cotidianamente no campo universitário-urbano.

É nesse espaço urbano que se situam as situações cotidianas vivenciadas pelos agentes, cabendo considerar que a análise adquire sentido quando as interações são situadas não somente nos micro e nanocontextos, mas, também, no urbano alargado e intensificado, entendido enquanto totalidade processual e continuamente reconstituída, considerando contextos e conjunturas específicas. Essa perspectiva pode permitir reconhecer “a complexidade do contexto” e, mesmo assim, fazer emergir, identificar e/ou evidenciar as singularidades de uma trajetória pessoal, “sujeita às mesmas influências históricas” de toda uma coletividade, sem que esse agente específico deixe “de ser um indivíduo singular” (FONSECA, 1999, p. 61).



Comunidade Estrada Velha, ao fundo o Campus das Auroras-UNILAB, Acarape/CE. 30 de agosto de 2019.



Figura 3 - Comunidade Estrada Velha, ao fundo o Campus das Auroras, Acarape/CE. 30 de agosto de 2019.

Fonte: Acervo Grupo Diálogos; Obra de André Dias.

A Figura 3, um sketche urbano criado pelo artista plástico cearense André Dias, retrata uma das comunidades vulneráveis da cidade de Acarape e, do lado direito e ao fundo, o Campus das Auroras, ilustrando a presença da Universidade e os vínculos e relações – mesmo potenciais e inexplorados – entre as urbes e a Unilab. Também evidencia a complexidade desse espaço urbano, situado ao pé do Maciço de Baturité, entrecruzando o sertão semiárido e reservas ambientalmente preservadas de mata atlântica no estado do Ceará. O sketche foi criado a partir da visão que o artista teve do segundo andar de um dos blocos acadêmicos do Campus dos Palmares, a aproximadamente 300 metros da Comunidade da Estrada Velha. O Sketche revela a complexidade que atravessa e compõe essas cidades, conformadas, ao mesmo tempo, por (i) elites locais que se enraízam através dos séculos na propriedade privada da terra rural e urbana e em dinâmicas de comercialização de matérias primas e mercadorias diversas; (ii) segmentos trabalhadores vulneráveis, extremamente empobrecidos e vivenciando espaços e dinâmicas urbanas precárias, com esse contexto majoritariamente se repetindo através das gerações em várias famílias. Ao mesmo tempo, passam a conviver e interagir nas cidades docentes, técnicos e discentes com toda a diversidade anteriormente indicada, cabendo considerar que a Universidade evidencia-se enquanto instituição em que o conhecimento, a educação, a ciência e a tecnologia se constroem, acumulam e circulam, promovendo a formação acadêmica e profissional e potencialmente impactando a geração de alternativas ao desenvolvimento em múltiplas dimensões e escalas. Como é possível perceber, vivencia-se um urbano em que variadas classes sociais, com pessoas, grupos, coletivos, famílias e comunidades muito diversas podem conviver cotidianamente e de modo reiterado.

Nesse contexto, cabe destacar algumas situações e episódios vivencia-

dos, os quais têm gerado reações significativas particularmente por parte dos discentes: (i) constantes críticas efetuadas por radialista à UNILAB e pessoas da instituição, com programa de ampla audiência, sediado em Redenção, mas com alcance na região, inclusive apresentando falas racistas e xenófobas; (ii) episódios de agressão verbal e física, com caráter racista e xenófobo, atingindo discentes da universidade em espaços públicos das cidades; (iii) assaltos, alguns com agressões físicas, e invasões a residências de universitários, inclusive com discentes feridos, alguns gravemente; (iv) críticas a ocupações criativas efetuadas por docentes e discentes da UNILAB e convidados, efetuadas por grupos de moradores originários em Redenção, em alguns casos, contando com apoio de segmentos policiais “encerrando a festa”, o que revela que alguns lugares são ocupados/regulados seletivamente pelo Estado, inclusos, por exemplo, a Praça do Obelisco e o Complexo da Abolição; (v) enquête efetuada por vereador de Acarape, instando a população a escolher entre a instalação de um novo *campus* da universidade ou uma indústria no município; (vi) os aluguéis entendidos como caros, com preços exorbitantes, aos quais os estudantes precisam se submeter, obrigando parcela a morar em “repúblicas”, em alguns casos, com mais de cinco pessoas em cada unidade habitacional; (vii) assaltos na entrada/saída dos *campi* da UNILAB, particularmente em Palmares, onde se concentra a maioria dos cursos noturnos; (viii) tentativa de feminicídio ocorrida no interior do *campus* da universidade; (ix) denúncias de estupros envolvendo discentes da UNILAB.

Essas situações urbanas cotidianas, reiteradas em sua maioria, tornam-se muitas vezes objeto de questionamento, de reflexão coletiva, de interpretação e de construção de narrativas, relatos e discursos. Gerando, em alguns casos, demandas formalizadas, agendas e pautas políticas e até iniciativas governamentais e universitárias. As situações cotidianas e as dinâmicas interpretativas vinculadas envolvem variados estudantes nas salas de aula, nos corredores, nas lanchonetes e nos eventos, nas negociações e diálogos com gestões e técnicos das Prefeituras e da Universidade, nas ruas e praças das cidades, nos bares, lanchonetes e restaurantes, nas esquinas, nas residências e nas redes de vizinhança, amizade e família, assim como nas redes sociais e em grupos virtuais. Há uma dinâmica coletiva e minimamente sequencial e cumulativa de interpretação, que gera posturas e ações concretas, e que é marcada também por disputas, divergências, tensões e conflitos, considerando-se a existência de uma diversidade de posições ideológicas, religiosas, políticas, éticas, culturais, dentre outras, em certa medida flutuantes e modificáveis. E aqui mais uma vez emerge esse urbano mais intenso e alargado, com novos agentes urbanos e políticos.

A partir desses episódios, as cidades parecem revelar agentes políticos em construção, onde, a partir dos conflitos, contradições e divergências, as juventudes, e particularmente parcela dos estudantes da UNILAB, vem se reposicionando no contexto urbano. São variadas as estratégias e as táticas conformadas pelos discentes para lidar com as situações problemáticas vivenciadas no cotidiano urbano, mais ou menos formais ou informais. Por exemplo, as formas sociais cons-

tituídas por mulheres africanas de vários países para constituir redes de apoio mútuo, espaços de escuta, discussão e enfrentamento de dificuldades e desafios (vide Machado et al, 2021), constituindo, por exemplo, times de futebol, além de variadas experiências associativas. Mas também revelando como é na convivência cotidiana nas cidades e na Universidade que as percepções, as interpretações, os relatos, as narrativas e as posturas vão se constituindo, a partir de uma dinâmica coletiva assentada nas experiências vivenciadas. Assim,

Outro espaço em que também acontecem essas dinâmicas educacionais com solidariedade e sororidade é o dos encontros com Badjuda Futebol Clube, em Acarape, um lugar que concentra um número significativo de mulheres, pensado justamente para fortalecer laços de irmandade, de integração e interação, de combate ao machismo e ao racismo e de acolhimento entre as veteranas e as recém-chegadas “calouras”. Cabe ainda considerar que o futebol, como espaço que estabelece vínculos de amizade, de partilha de experiências e de saberes, foi projetado como um espaço de encontros e reencontros de mulheres para amenizar seus problemas, possibilitando suas autonomias e protagonismos através da ação educativa a partir do esporte (MACHADO et al, 2021, p. 295).

A Praça do Obelisco tem, em seu entorno, equipamentos como a Casa do Cidadão, posto de saúde, centro odontológico, padaria e supermercado, lanchonetes, farmácias, depósitos de construção, bares e restaurantes, além de residências, principalmente de moradores originários. É uma praça agradável, com mobiliário para descanso, um pequeno coreto e caramanchões. Nos últimos anos, tem sido comum presenciar a circulação, a ocupação e o uso da praça envolvendo variados moradores, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, de várias nacionalidades, brincando, conversando, namorando, passando o tempo. Aos poucos, a praça também se tornou espaço para realização de eventos organizados por segmentos docentes, discentes e técnicos da universidade, com trabalhos universitários, rodas de conversa, saraus de poesia, apresentações de grupos musicais variados, inclusive com performances interseccionam várias linguagens artísticas. Em alguns desses eventos, as pessoas deslocam-se alguns poucos minutos a pé do *Campus* da Liberdade, carregando (e tocando) berimbaus, pandeiros, atabaques, violões, pífanos, dentre outros instrumentos. Também são realizados eventos de grupos das artes marciais, envolvendo a comunidade universitária e moradores do entorno da praça e de áreas mais distantes. Porém, nos últimos tempos, têm-se agravado tensões e conflitos entre moradores antigos e estudantes da UNILAB, revelando disputas pela ocupação, uso e acesso à praça, sendo particularmente questionadas as situações e os eventos situados sob o signo da ocupação criativa. Ocorrendo, por exemplo, episódios de interrupção de eventos, com presença policial ostensiva, e, ao mesmo tempo, experiências associativas dos estudantes, com mobilização política, nota pública e demandas publicamente formalizadas às Prefeituras e à Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa inserção no cotidiano urbano vivenciado pelos discentes nos permitiu perceber como emergem, se atualizam e se agravam as tensões vinculadas ao fazer a cidade, considerando-se uma etnografia das margens e das centralidades e as tensões entre a política do cotidiano e a política institucional. Também evidenciaram dinâmicas educacionais intensas, complexas, densas e com certa sequencialidade e cumulatividade, ainda mais se considerarmos a ideia do campo urbano-universitário, impactando a reformulação reiterada de disposições sociais, *frames* e identidades. Por fim, essas dinâmicas afetam a reconstituição de vínculos, pactuações e compromissos mútuos, dito de outro modo, a coletivização de ações.

As situações cotidianas constroem, violam direitos e incorporam violências ao cotidiano urbano vivenciado pelos discentes, revelando a necessidade de políticas públicas municipais e de políticas institucionais da Universidade. Muitas vezes mesclam violências de gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade, revelando que alguns estudantes são mais vulnerabilizados e sujeitos às violências e violações de direitos do que outros.

Observa-se que em resposta a um conjunto de situações e episódios vêm constituindo-se posturas de contestação, crítica e mobilização, presencialmente e nas redes sociais, buscando mobilizar, impactar a opinião pública e gerar respostas político-institucionais de prefeituras, câmaras de vereadores e universidade. Reagindo a situações e episódios fortuitos ou que se repetem, as juventudes instituem uma dinâmica de interpretação e ação coletiva – agregando modos dialógicos presenciais e *online* –, gerando construções discursivas que impactam a opinião pública, pautam demandas políticas e buscam a apropriação de espaços públicos. Assim, evidenciam-se indícios de que uma dinâmica pública e política começa a ter caráter mais orgânico na convivência urbana cotidiana.

Percebe-se que a presença dos discentes tem gerado tensões e instabilidades nos ordenamentos urbanos tradicionalmente estabelecidos, evidenciando uma reconfiguração das posturas em variados agentes cidadãos. Particularmente porque se estabelecem tensões e conflitos envolvendo os antigos e os novos agentes urbanos, onde está em jogo estruturalmente e em média e longa duração, mas também em cada pequena situação cotidiana, em cada encontro nas ruas, praças e esquinas, nas calçadas, nos deslocamentos urbanos, nos espaços da Universidade, nas redes e grupos virtuais, a permanência e a reiteração do tradicional e/ou a instituição do novo, do inovador, instituindo rupturas e mudanças significativas. Esse jogo urbano, mais ou menos visível ou invisível, explícito ou implícito, remete às hierarquias e aos imaginários urbanos, às classificações e dinâmicas simbólicas e, de modo ainda mais concreto, ao próprio processo – material e imaterial – de produção social do espaço urbano, em suas dinâmicas de ocupação, uso, acesso, regulação, construção e posse/propriedade da terra urbana em seus diferentes pedaços. E, nesse contexto, está em jogo a “partilha do sensível”

social e historicamente consolidada.

Cabe indicar que essa tensão entre tradicional e inovador ganha ainda mais força se considerarmos que a implantação da Unilab traz para o cotidiano vivenciado nas duas cidades um conjunto muito amplo e complexo de agentes sociais, particularmente jovens, que se distinguem dos agentes urbanos e políticos tradicionalmente hegemônicos. Enquanto esses agentes hegemônicos se percebem e/ou representam como brancos, homens, católicos, heterossexuais e proprietários de terra e capital, os estudantes são majoritariamente migrantes vindos de outros países, municípios ou localidades rurais. Mais do que isso, a par de uma grande diversidade social, uma grande parcela é formada por mulheres, negros e estrangeiros que professam diferentes religiosidades e ideologias, pertencem a variadas etnias, falam línguas, possuem culturas diferentes e também são diversos quanto ao gênero e à sexualidade. Assim, muitas vezes a própria presença desses agentes nos espaços públicos urbanos locais, por exemplo, já pode gerar tensões e conflitos, particularmente em contextos de difusão de posturas neoconservadoras e neofascistas. O machismo, a homofobia e a transfobia e o racismo estão presentes e compõem, muitas vezes, as situações urbanas cotidianas vivenciadas, cabendo considerar que o fato de estarmos falando de pequenas cidades remete a interações face a face com grande frequência, nas ruas, praças e calçadas, mas também nos mercadinhos e supermercados, nos bares, lanchonetes e restaurantes, nos prédios públicos e em outros lugares.

Não é à toa que Cefai (2009, p. 27) indica que a “ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes”; produzindo os “critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles”. Nesse contexto, indícios apontam para dinâmicas públicas nas cidades – com ideias, justificativas, argumentos e propostas publicamente expostos –, mesmo que de modo incipiente, descontinuado e fugaz. Os discentes parecem estar se constituindo enquanto agentes relevantes à produção social do espaço urbano, à reconstituição do urbano e das cidades.

E à medida que os estudantes estão mais presentes e ativos na cidade, os aparatos estatais e governamentais e a atuação de agentes urbanos e políticos locais recrudescem no enfrentamento. Bloqueando, deslocando, impedindo total ou parcialmente a emergência e o fortalecimento urbano e político de agentes estudantis, particularmente quando ativos nas centralidades urbanas citadinas – por exemplo, o território Central e da Praça do Obelisco em Redenção. Reservando para estes, mesmo implicitamente, as periferias urbanas como lugares adequados.

Cabe indicar, porém, que é cedo para avaliar se essa dinâmica urbana e política impactará efetivamente o modo como diferentes parcelas da terra urbana estão sendo/podem ser ocupadas, usadas, acessadas, construídas, reguladas e efetivadas posse e propriedade. Se essa dinâmica impactará de modo duradouro e significativo as estruturas, morfologias, formas, funções e dinâmicas urbanas. Mais do que isso, cabe perguntar como e em quais direções evoluirão as tensões

e os conflitos? Se/como se recriará/reafirmará a partilha do sensível? Manter-se-á uma partilha mais tradicional ou haverá a instituição de uma nova partilha? É cedo para avaliar essas questões. Elas continuam sendo vivenciadas, investigadas e discutidas.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); e o Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer a cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES. 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. *Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos Campi Universitários*. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 73-93, 2015.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (orgs.). *Tipologia das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. (org.) *Teoria da Comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 119-138.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da Análise de Redes Sociais às Teorias de Movimentos Sociais. *Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmática para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./jun. 2009.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução. In: MOTA, Fábio Reis et al. (orgs.). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói; Rio de Janeiro: EdUFF, 2011. p. 9-63.

CORDEIRO, Graça Índias. A antropologia urbana, entre a tradição e a prática. In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luis Vicente; COSTA, Antonio Firmino (orgs.). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, 2003. p. 3-34.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2014.

ENDLICH, Angela Maria. As pequenas cidades e as áreas de comparabilidade. In: *ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 12., 2009. Anais [...]. Montevideo, 2009.

ENDLICH, Angela Maria. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. *Huellas*, n. 15, p. 149-165, 2011.

FOUCART, Jean. *Accompagnement et transaction: une modélisation théorique*. *Pensée plurielle*, v. 1, n. 17, p. 113-34, 2008.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 1991. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Perfil Básico Municipal 2016 Redenção. Fortaleza: IPECE, 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/2016-12-16-13-09-40>. Acesso em: 23 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para caracterização da rede urbana. 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18261. Acesso em: 3 dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

MACHADO, E. G.; GOMES, P. M.; DA SILVA, R. B. Mulheres africanas em um campo universitário urbano no Brasil. Tensões Mundiais, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 277-304, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3145>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MACHADO, E. G.; LIMA, E. F.; FURTADO, O. V. Urbanização e os desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implantação da UNILAB. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 5, p. 43-63, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. No Meio da Trama: a antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 60, p. 69-80, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 13-44.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves de. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-220, 2008.

PAIS, José Machado. Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PETERS, Gabriel Moura. Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PETERS, Gabriel Moura. A praxiologia culturalista de Anthony Giddens. Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 20, n. 2, p. 123-47, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. 2009. A partilha do sensível. 2 ed. Rio de Janeiro: 34, 2009.

RIBEIRO, Fabrício Américo. UNILAB: políticas educacionais e as transformações do

espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Redenção, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237-280, out. 2002.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: SIMMEL, Georg et al. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967. p. 10-24. Disponível em: http://www.marcoareliosc.com.br/03velho_completo.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. 2 “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcus Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 37-56.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

THOMPSON, Edward Paul. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). *Estatuto Geral da UNILAB*. Redenção: UNILAB, 2019. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Estatuto-Unilab_junho.2019.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, v. 11, p. 1-13, 2012.

VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: SIMMEL, Georg et al. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967. p. 89-112. Disponível em: http://www.marcoareliosc.com.br/03velho_completo.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.